

	<p>MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)</p>	<p>Cmt 10ª RM</p>	<p>Pag nº 1/41</p>
---	--	--------------------------	-------------------------------

**AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA SELEÇÃO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO
Nr 003-SSMR / 10ª RM, DE 27 JULHO DE 2023**

**SELEÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR PARA OFICIAL TÉCNICO TEMPORÁRIO (OTT) NA ÁREA
DA 10ª REGIÃO MILITAR PARA O ANO DE 2024**

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 2/41
---	---	-------------------------	------------------------

ÍNDICE	pág
1- FINALIDADE.....	3
2- AMPARO NORMATIVO.....	3
3 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	6
4- REQUISITOS GERAIS PARA INCORPORAÇÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	11
5 - INSCRIÇÃO.....	12
6. ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO/ENTREVISTA/AFERIÇÃO DE ALTURA/AVALIAÇÃO CURRICULAR.....	19
7- TESTE DE CONHECIMENTOS.....	23
8 - INSPEÇÃO DE SAÚDE (IS).....	26
9 - EXAME DE APTIDÃO FÍSICA (EAF).....	31
10 - SELEÇÃO COMPLEMENTAR.....	36
11 - DESIGNAÇÃO/INCORPORAÇÃO DO CANDIDATO(A).....	36
12 - CRITÉRIOS DE DESEMPATE.....	37
13 - RECURSOS.....	37
14 - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	38
ANEXOS.....	40

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 3/41
---	---	-------------------------	------------------------

1- FINALIDADE

1.1. Este Aviso de Convocação tem por finalidade regular e divulgar as condições e os procedimentos aprovados para a inscrição e participação visando à seleção de profissionais no processo ao Serviço Técnico Temporário (SvTT) para Oficial Técnico Temporário (OTT), em diversas áreas de nível superior, no âmbito da 10ª Região Militar.

2- AMPARO NORMATIVO

2.1. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

2.2. Lei nº 2.552, de 3 de agosto de 1955 (Composição da Reserva do Exército).

2.3. Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar, retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965).

2.4. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares).

2.5. Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 (Dispõe sobre Prova Documental).

2.6. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN).

2.7. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 (Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública).

2.8. Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018 (Isenta os candidatos que especifica do pagamento de taxa de inscrição em concursos para provimento de cargo efetivo ou emprego permanente em órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta da União).

2.9. Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019 (Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares, a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar, a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências).

2.10. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas).

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 4/41
---	---	-------------------------	------------------------

2.11. Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001 (Reestruturação da Remuneração dos Militares das Forças Armadas).

2.12. Decreto nº 57.654, de 20 de junho de 1966 (Regulamenta a lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964), retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965).

2.13. Decreto nº 60.822, de 7 de junho de 1967 (Aprova as Instruções Gerais para Inspeção de Saúde dos Conscritos nas Forças Armadas – IGISC), com as alterações inseridas pelo Decreto nº 63.078, de 5 de agosto de 1968 e Decreto nº 703, de 22 de dezembro de 1992.

2.14. Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 (Simplifica exigências de documentos e dá outras providências).

2.15. Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002 (Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas).

2.16. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 (Regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN).

2.17. Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022 (Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993).

2.18. Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 (Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário).

2.19. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, que aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.

2.20. Portaria Ministerial nº 388, de 10 de julho de 1998 (Diretriz Complementar para o Serviço Militar Temporário em Tempo de Paz).

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 5/41
---	---	-------------------------	----------------------------------

2.21. Portaria nº 052 – Comandante do Exército, de 6 de fevereiro de 2001 (Aprova as Normas para o Controle do Exercício de Funções que exigem Qualificação Profissional Regulamentada por Lei).

2.22. Portaria nº 462 - Comandante do Exército, de 21 de agosto de 2003 (Instruções Gerais para a Convocação, os Estágios, as Prorrogações de Tempo de Serviço, as Promoções e o Licenciamento dos Integrantes da Reserva de 2ª Classe - IG 10-68).

2.23. Portaria GM-MD nº 5089, de 10 de dezembro de 2021 (Aprova o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 2023).

2.24. Portaria GM-MD nº 3795, de 11 de julho de 2022 (Estabelece as medidas de prevenção ao uso indevido de substâncias psicoativas ilícitas nas Forças Armadas).

2.25. Portaria nº 816 – Comandante do Exército, de 19 de dezembro de 2003, Aprova o Regulamento Interno e do Serviços Gerais (RISG).

2.26. Portaria nº 171 - DGP, de 8 de julho de 2009 (Áreas e Habilitações Técnicas de Interesse do Exército destinadas a Oficiais e Sargentos do Serviço Técnico Temporário - SvTT).

2.27. Portaria nº 528 - Comandante do Exército, de 29 de junho de 2010 (Altera dispositivos das Instruções Gerais para a Convocação, os Estágios, as Prorrogações de Tempo de Serviço, as Promoções e o Licenciamento dos Integrantes da Reserva de 2ª Classe – IG 10-68, aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 462, de 21 de agosto de 2003).

2.28. Portaria nº 853 - Comandante do Exército, de 13 de setembro de 2010 (Acréscimo de dispositivos nas Instruções Gerais para a Convocação, os Estágios, as Prorrogações de Tempo de Serviço, as Promoções e o Licenciamento dos Integrantes da Reserva de 2ª Classe – IG 10-68, aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 462, de 21 de agosto de 2003).

2.29. Portaria nº 081 - DGP, de 30 de janeiro de 2012 (Diretriz Complementar para o Serviço Militar Temporário em Tempo de Paz).

2.30. Portaria nº 1.497 – Comandante do Exército, de 11 de dezembro de 2014 (Regula o Serviço Militar Especialista Temporário para as mulheres).

2.31. Portaria nº 407 - DGP, de 13 de julho de 2022 (Normas para a Prestação do Serviço Militar Temporário (EB30-N-30.009), 2ª Edição, 2022).

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 6/41
---	---	-------------------------	------------------------

2.32. Portaria nº 1783 – Cmt Ex, de 29 de junho de 2022 (Aprova as Instruções Gerais para Perícias Médicas no Exército – IGPMEx – EB10-IG-02.022, 2ª Edição, 2022).

2.33. Portaria Nº 305-DGP, de 13 de dezembro de 2017 (Aprova as Instruções Reguladoras para Perícias Médicas no Exército (EB30-IR-10.007).

2.34. Portaria nº 306-DGP, de 13 de dezembro de 2017 (Normas Técnicas Sobre Perícias Médicas no Exército - NTPMEx).

2.35. Portaria nº 282-DSM/DGP/Cmt Ex, de 1 306-DGP 4 de dezembro de 2020 (Instruções Complementares de Convocação para o Serviço Militar Inicial no Exército em 2022 – ICC 2022), alterada pela Portaria nº 058-DSM/DGP/Cmt Ex de 15 março de 2021.

2.36. Plano Regional de Convocação para a Prestação do Serviço Militar Inicial em 2024 (PRC - 2024), de 20 de março de 2023, do Comandante da 10ª Região Militar.

2.37. Catálogo Nacional de Cursos do Ministério da Educação e Cultura.

2.38. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, que aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial

3 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1. O Comandante da 10ª Região Militar (10ª RM), no uso de suas atribuições, torna público e estabelece normas específicas para a realização do processo seletivo que visa à convocação de profissionais de nível superior na área da 10ª RM, para o ano de 2024.

3.2. O candidato(a) deverá ler atentamente as orientações contidas neste Aviso de Convocação, para verificar se atende à totalidade das condições e requisitos para eventual investidura da função, sendo de sua exclusiva responsabilidade a observância dos prazos, a correta inscrição online, a correta emissão da Guia de Recolhimento da União (GRU) para o pagamento da taxa de inscrição (dentro do período de inscrição) e o correto preenchimento e entrega da documentação solicitada. Caso contrário, o(a) candidato(a) será inabilitado para continuar no processo seletivo.

3.3. Será eliminado do processo seletivo o(a) candidato(a) que não atender corretamente o **item 3.2** deste Aviso, bem como faltar, não completar ou ser considerado reprovado ou inapto em qualquer uma das fases do processo seletivo.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 7/41
---	---	-------------------------	------------------------

3.4. Destaca-se que a aprovação nas diversas etapas do processo seletivo assegura, apenas, a expectativa de direito à incorporação no Exército Brasileiro no ano de 2024, a qual é condicionada à existência de vaga no momento da incorporação, junto com o interesse da Administração, conforme os princípios da Oportunidade e da Conveniência.

3.5. A recusa do(a) candidato(a) convocado, conforme a ordem de classificação, para preencher a vaga disponibilizada, seja ela prevista ou acrescida, na Guarnição para a qual está inscrito, acarretará sua desclassificação da posição em que foi originalmente classificado e eliminação do processo, com a posterior convocação do(a) candidato(a) constante na posição imediatamente seguinte.

3.6. O(A) candidato(a) incorporado poderá ser transferido de acordo com o interesse do Exército Brasileiro, no âmbito das Organizações Militares subordinadas à 10ª Região Militar, e sem ônus para a União.

3.7. O Oficial Técnico Temporário (OTT) está sujeito, no que for aplicável, a todas as leis e regulamentos militares.

3.8. Eventuais alterações no calendário ou reconvocações, quando necessárias, segundo critério da Administração, serão comunicadas a todos os interessados, em “ata”, por intermédio do sítio eletrônico da 10ª RM na internet **www.10rm.eb.mil.br**.

3.9. O exercício das atividades dos convocados dar-se-á nas Organizações Militares (OM) que são abrangidas pela 10ª Região Militar, todavia, os candidatos uma vez incorporados, poderão eventualmente, desempenhar as atividades em qualquer ponto do Território Nacional nas quais suas Organizações Militares sejam empregadas no cumprimento de suas missões.

3.10. O presente processo seletivo destina-se ao preenchimento de claros em Organizações Militares, de cargos relacionados com áreas de interesse da 10ª Região Militar, e ao aproveitamento, no serviço ativo da Força Terrestre, em caráter temporário, por conveniência da Administração Militar, de forma transitória e por tempo determinado, de profissionais voluntários para aplicação dos conhecimentos técnico-profissionais, a fim de realizarem atividades militares como serviços de escala, exercícios no terreno e outras, cujo desempenho caiba ao oficial subalterno.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 8/41
---	---	-------------------------	------------------------

3.11. A abertura de vagas estará condicionada ao licenciamento de militares temporários por término de tempo de serviço, bem como ao limite orçamentário do Exército Brasileiro no ano de 2024, podendo antes da incorporação as vagas serem suprimidas ou acrescidas pelo Departamento-Geral do Pessoal (DGP).

3.12. Os convocados serão incorporados/matriculados no Estágio de Serviço Técnico (EST), na situação de Aspirante a Oficial ou no Posto que se encontre na reserva não remunerada, nos termos das disposições contidas neste Aviso de Convocação.

3.13. O(A) candidato(a) terá direito a remuneração a partir do momento de sua incorporação, conforme estabelecido na MP nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001, na Lei nº 13.321, de 27 de julho de 2016 e na nº Lei 13.954, de 16 de dezembro de 2019.

3.14. O Serviço Técnico Temporário (SvTT) é realizado sob a forma de Estágio de Serviço Técnico (EST) para Oficiais Técnicos Temporários (OTT). O respectivo Estágio terá o seu desenvolvimento por um período de 12 (doze) meses, nos quais os candidatos adaptar-se-ão à vida militar e comprovarão seus méritos para a obtenção de possível prorrogação de tempo de serviço. O estágio será realizado em 2 (duas) fases:

3.14.1. 1ª fase: destinada à absorção de conhecimentos relativos à Instrução Individual Básica (IIB), a ser realizada em 1 (uma) Organização Militar (OM) designada pela 10ª Região Militar.

3.14.2. 2ª fase: destinada à aplicação de conhecimentos técnico-profissionais a ser realizada nas OM para as quais os Estagiários tenham sido designados.

3.15. O(A) candidato(a) selecionado e incorporado deverá estar ciente de que, ao final de cada 12 (doze) meses de serviço, poderá ser licenciado, caso:

3.15.1. não exista interesse do Exército em prorrogar o seu tempo de serviço, sem necessidade de motivação do ato de indeferimento;

3.15.2. não atinja os requisitos físicos e funcionais necessários à prorrogação, conforme legislação em vigor;

3.15.3. complete o limite máximo de permanência no Serviço Ativo que, no caso, são de 96 (noventa e seis) meses;

3.15.4. venha a atingir a idade limite de permanência no Serviço Ativo, conforme legislação específica;

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 9/41
---	---	-------------------------	------------------------

3.15.5. a vaga para a qual o(a) candidato(a) foi convocado seja preenchida por militar de carreira.

3.16. O Serviço Militar não poderá ser cumulativo com qualquer cargo, emprego ou função pública, na Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, exceto os casos previstos no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal de 1988, quando houver compatibilidade de horários.

3.17. O(A) candidato(a) da área da saúde que estiver investido em cargo público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal (efetivo ou comissionado), caso seja convocado, deverá comprovar a vinculação ao órgão público, durante a fase de Avaliação Curricular/Entrevista, por meio de documento oficial.

3.18. Poderá não ocorrer a convocação para qualquer área de interesse do Exército indicada neste Aviso de Convocação devido à redução ou eliminação de vagas, em razão dos processos de administração do pessoal da Força, tais como: transferências, redução ou eliminação de cargos, etc., antes do encerramento do processo seletivo. Assim, o cancelamento para a área de seleção ocorrerá a qualquer tempo, até a incorporação.

3.19. Não fica assegurado ao Oficial Técnico Temporário (OTT) o retorno ao emprego anterior à incorporação, quando do seu licenciamento, haja vista a voluntariedade da prestação do Serviço Técnico Temporário (oficiais).

3.20. O processo seletivo será composto pelas seguintes fases:

3.20.1. Inscrição, somente pela internet, no endereço eletrônico **www.10rm.eb.mil.br**, emissão e pagamento da GRU, **dentro do período das inscrições**, conforme o Calendário de Eventos previsto no **Anexo A** deste Aviso;

3.20.2. Entrega de documentação/Entrevista/Aferição de Altura;

3.20.3. Avaliação Curricular.

3.20.4. Teste de Conhecimentos.

3.20.5. Inspeção de Saúde (IS).

3.20.6. Exame de Aptidão Física (EAF).

3.20.7. Seleção Complementar.

3.20.8. Incorporação.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 10/41
---	---	-------------------------	-------------------------

3.21. Todos os custos como: realização de exames de saúde, deslocamentos para a participação em todas as fases do processo seletivo serão de integral responsabilidade do próprio candidato(a).

3.22. O(A) candidato(a) realizará todas as fases do processo de seleção na localidade que escolheu na fase de inscrição.

3.22.1. Caso venha a surgir vaga para determinada área não prevista neste Aviso de Convocação, ou em localidade que não disponha de candidatos aprovados ou inscritos, a mesma poderá ser ocupada por **voluntário** de melhor pontuação dentre todas as Guarnições da 10ª Região Militar, fato esse, que não o eliminará do certame ao qual se inscreveu.

3.23. Este processo seletivo terá validade até a data imediatamente anterior ao início das inscrições para um novo certame.

3.24. A divulgação oficial de todas as informações referentes a este processo seletivo dar-se-á, **exclusivamente** no endereço eletrônico **www.10rm.eb.mil.br**.

3.25. A partir da conclusão da inscrição, o(a) candidato(a) deverá **acompanhar, via internet**, no endereço eletrônico da 10ª Região Militar **www.10rm.eb.mil.br** a publicação das demais fases do processo seletivo. A 10ª Região Militar não entrará em contato (seja por e-mail, telefone, etc) com os candidatos selecionados para as demais fases, sendo de inteira responsabilidade dos mesmos acompanhar as publicações e o andamento do processo seletivo.

3.26. Caso surjam vagas durante a vigência deste Aviso, após a incorporação, as informações serão divulgadas via *internet*, podendo o(a) candidato(a) ser contatado diretamente pela 10ª Região Militar.

3.27. Em razão da natureza militar da atividade a ser desempenhada pelos convocados e consequente necessidade de capacidade física compatível, não serão reservadas vagas aos portadores de necessidades especiais.

3.28. Durante as fases do processo o candidato(a) será impedido de adentrar nas Organizações Militares utilizando trajas incompatíveis com sua permanência no interior do aquartelamento, tais como: "shorts", corsários ou similares, sandálias abertas, camisetas sem manga, minissaia, boné, blusa curta ou decotada, roupas transparentes, calça *legging* dentre outras.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 11/41
---	---	-------------------------	-----------------------------------

4- REQUISITOS GERAIS PARA INCORPORAÇÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO

- 4.1.** Ser brasileiro nato.
- 4.2.** Ter, no mínimo, 1,60 m de altura, se do sexo masculino.
- 4.3.** Ter, no mínimo, 1,55 m de altura, se do sexo feminino.
- 4.4.** Ter no mínimo 19 (dezenove) anos de idade até o dia 29 de fevereiro de 2024 e no máximo 40 (quarenta) anos 11 (meses) e 29 (vinte e nove) dias na data da incorporação.
- 4.5.** Não estar indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM) ou comum, respondendo processo judicial penal, nem condenado criminalmente perante a Justiça Militar ou Comum, nas esferas Federal ou Estadual.
- 4.6.** Possuir idoneidade moral e não ter exercido ou estar exercendo atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional, conforme prescreve o art. 11 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares.
- 4.7.** Estar em dia com suas obrigações perante o Serviço Militar e a Justiça Eleitoral.
- 4.8.** Possuir, na data da incorporação, **no máximo 5 (cinco) anos de tempo de serviço militar nas Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica)**, contabilizado qualquer espécie de Serviço, sejam contínuos ou não (inicial, estágios, dilação, prorrogações e outros), para o Estágio de Serviço Técnico (EST).
- 4.9.** Não ter sido julgado “incapaz definitivamente” para o serviço ativo das Forças Armadas ou das Forças Auxiliares.
- 4.10.** Se reservista, ter sido licenciado e excluído da última Organização Militar (OM) em que serviu estando classificado, no mínimo, no comportamento “BOM” e não ter sido licenciado por motivo disciplinar ou conveniência do serviço.
- 4.11.** Não ter sido considerado isento do Serviço Militar, seja por licenciamento e exclusão de OM a bem da disciplina, seja por incapacidade física ou mental definitiva (Incapaz C).
- 4.12.** Ter sido julgado “APROVADO” na Avaliação Curricular/Entrevista, conforme **item 6** deste Aviso de Convocação.
- 4.13.** Ter sido “APROVADO” no Teste de Conhecimentos, somente para os candidatos da área que exijam, conforme o **item 7** deste Aviso de Convocação.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 12/41
---	---	-------------------------	-----------------------------------

4.14. Ter sido “APTO” na Inspeção de Saúde e no Exame de Aptidão Física, conforme os **itens 8 e 9** deste Aviso de Convocação.

4.15. Se militar da ativa, não estar prestando o Serviço Militar Inicial, não ser oficial de carreira ou praça estabilizada.

4.16. Não estar investido em cargo público federal, estadual, distrital ou municipal (efetivo ou comissionado), devendo apresentar a declaração prevista neste Aviso de Convocação, **Anexo I**, exceto os profissionais previstos no **item 3.16**, deste Aviso de Convocação. Os demais candidatos que possuam vínculo com órgão público deverão apresentar comprovação da desvinculação na fase destinada à Seleção Complementar, por meio de documento oficial.

4.17. Possuir no mínimo os pré-requisitos exigidos no **Anexo S** para as áreas destinadas ao cargo de Oficial Técnico Temporário (OTT).

4.18. Os candidatos desobrigados do Serviço Militar inicial devem declarar a situação de voluntário, bem como a de que se comprometem a prestar o Serviço Militar Temporário pelo período de 12 (doze) meses, preenchendo a Declaração de Voluntariado para Prestação de Serviço Militar Temporário, conforme **Anexo F**.

4.19. Residir no município onde será convocado(a) ou declarar estar comprometido(a) a mudar-se para o município de incorporação, por conta própria, caso venha a ser convocado(a), sem qualquer ônus para o Exército, conforme o **Anexo K**.

4.20. Tendo em vista a proteção constitucional do direito à maternidade, toda mulher deve assinar, por ocasião do processo seletivo, uma declaração de ciência da necessidade de informação imediata à Instituição, caso apresente ou venha a apresentar estado de gravidez no curso do processo, conforme **ANEXO J**.

5 - INSCRIÇÃO

5.1. A inscrição importa no conhecimento e na aceitação por parte do(a) candidato(a), conforme disposto neste Aviso de Convocação e em seus anexos, devendo o(a) candidato(a) certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a área pretendida. **É de responsabilidade do(a) candidato(a) o preenchimento de todos os dados obrigatórios na inscrição.** O não preenchimento ou a não apresentação do documento original, durante a

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 13/41
---	---	-------------------------	-------------------------

Entrega de Documentação/Entrevista/Avaliação Curricular, acarretará na eliminação do(a) candidato(a).

5.2. A inscrição deverá ser realizada acessando o Sistema de Inscrição Online, disponível na página do Processo Seletivo no endereço eletrônico da 10ª Região Militar **www.10rm.eb.mil.br**, a partir das **09:00h (horário de Brasília) do dia 14 de agosto de 2024 até às 12:00h (horário de Brasília) do dia 1º de setembro de 2023**, onde deverão ser cadastrados os dados pessoais e profissionais dos candidatos.

5.3. O(A) candidato(a) deverá certificar-se de que cadastrou seus dados completos corretamente antes de concluir a sua inscrição, não sendo mais possível inserir ou alterar dados após conclusão da inscrição. A Comissão de Seleção Especial analisará somente os dados cadastrados no ato da inscrição on-line.

5.4. Não será aceita inscrição por outro meio, que não o estabelecido neste Aviso de Convocação.

5.5. Ao acessar a página do Processo Seletivo no sítio da 10ª Região Militar pelo endereço eletrônico **www.10rm.eb.mil.br**, o(a) candidato(a) deverá:

5.5.1. Ler na íntegra o Aviso de Convocação, disponibilizado, **antes de realizar a sua inscrição.**

5.5.2. Preencher e finalizar a inscrição eletrônica, desde que se manifeste, no respectivo sistema de inscrição, que leu, compreendeu e concorda com todos os termos propostos.

5.5.3. Gerar e efetuar o pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), conforme instruções disponíveis na **Área do(a) candidato(a)**, em PDF. O valor para pagamento da GRU será de **R\$ 50,00 (cinquenta reais).**

5.6. Para **isenção do pagamento** da taxa de inscrição, o(a) candidato(a) deve atender aos seguintes requisitos:

5.6.1. Estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022 e for membro de família de baixa renda (aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo).

5.6.2. Doador de sangue, com no mínimo 2 (duas) doações em um período de 12 meses;

5.6.3. Doador de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, nos termos da Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 14/41
---	---	-------------------------	-------------------------

5.6.4. O(A) candidato(a) que se enquadrar em uma das situações descritas acima, deverá solicitar, **até 16 de agosto de 2023**, conforme **Anexo A**, pessoalmente ou por meio de procurador(a) legalmente constituído(a), sua isenção da taxa de inscrição junto as Comissões de Seleção Especial (CSE), nas localidades disponíveis para inscrição, discriminadas nos **Anexo B e Anexo C**.

5.6.5. O(A) candidato(a) deverá entregar os seguintes documentos exigidos para solicitação da isenção da taxa de inscrição:

5.6.5.1. Declaração de Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição, conforme o **Anexo U**.

5.6.5.2. Declaração de Veracidade dos Documentos Apresentados, conforme o **Anexo E**.

5.6.5.3. Documento que conste a indicação do Número de Identificação Social – NIS, atribuído pelo CadÚnico, se estiver enquadrado nesta situação.

5.6.5.4. Declaração, atestado ou laudo emitido por entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, que comprove que o(a) candidato(a) efetuou a doação de sangue e/ou medula óssea, bem como a data da doação, caso o candidato(a) se enquadre no **item 5.6.2** ou **item 5.6.3** deste Aviso.

5.7. Para fins de solicitação de isenção de taxa de inscrição, serão aceitas cópias/reproduções não autenticadas, bem como requerimentos, declarações e demais documentos assinados pelo candidato(a), sem necessidade de firma reconhecida em cartório, desde que acompanhadas da **DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DE DOCUMENTOS APRESENTADOS no Anexo E, sendo este, com firma reconhecida em cartório**.

5.8. Cada pedido de isenção de taxa de inscrição será analisado e julgado pelo presidente da Comissão de Seleção Especial – CSE.

5.9. Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao(à) candidato(a) que:

5.9.1. Omitir ou prestar informação inverídica;

5.9.2. Fraudar ou falsificar documentação;

5.9.3. Não cumprir nenhum dos requisitos, forma e prazo estabelecido no **item 5** e seus subitens; e

5.9.4. O(A) candidato(a) que apresentar documento inidôneo ou firmar declaração falsa para se beneficiar da isenção da taxa de inscrição, terá sua inscrição e todos os atos dela decorrentes

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 15/41
---	---	-------------------------	-----------------------------------

anulados e estará sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no Parágrafo único, do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

5.10. Não será permitida, após a entrega do requerimento de isenção e dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação.

5.11. A relação dos candidatos que tiveram o seu pedido de isenção de taxa de inscrição deferido será divulgada, no endereço eletrônico **www.10rm.eb.mil.br**, na data prevista no **Anexo A**.

5.12. O(A) candidato(a) que tiver seu requerimento de isenção indeferido, para efetivar a sua inscrição no processo seletivo deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição **até a data limite das inscrições**, conforme estabelecida no **Anexo A**.

5.12 No ato da inscrição on-line, o(a) candidato(a) deverá inserir ou apresentar informações verdadeiras. Caso contrário poderá responder na forma da lei, bem como, ter sua inscrição e todos os atos dela decorrentes anulados.

5.14. Terminadas as inscrições, o Comando da 10ª Região Militar publicará uma relação geral pontuada contendo uma avaliação preliminar e automática (realizada pelo sistema), conforme as informações curriculares cadastradas pelos candidatos via internet. As notas divulgadas nessa etapa não são definitivas e serão feitas com base apenas nas informações passadas pelos candidatos, estando sujeitas às modificações decorrentes da fase de Avaliação Curricular, que será feita por uma Comissão que verificará se as mesmas são verdadeiras e se atendem a todos os requisitos deste Aviso de Convocação.

5.15. Os Estados abrangidos pela 10ª Região Militar são: **CEARÁ e PIAUÍ**.

5.15.1. As localidades disponíveis para inscrição encontram-se discriminadas nos **Anexos B e "C"**.

5.15.2. O(A) candidato(a) ao cargo de OTT deverá se apresentar para realizar todas as fases do processo seletivo na Guarnição ao qual se inscreveu, conforme **Anexos B e C**.

5.16. Caso o(a) candidato(a) venha esquecer a sua senha de acesso ao sistema de inscrição *on-line*, para solicitar uma nova senha, o mesmo deverá proceder da seguinte forma:

5.16.1. Enviar um e-mail para inscricao-ott-stt@10rm.eb.mil.br constando as seguintes informações:

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 16/41
---	---	-------------------------	-------------------------

5.16.1.1. Assunto: solicitação de nova senha.

5.16.1.2. Nome completo, CPF, e-mail, nome da mãe e celular com DDD.

5.16.2. A nova senha será enviada para o e-mail informado.

5.16.3. Após concluir a inscrição, o(a) candidato(a) será redirecionado para a “**Área do(a) candidato(a)**”, dentro do sistema de inscrição. Nesta área o(a) candidato(a) terá acesso a:

5.16.4. Um botão, onde o(a) candidato(a) deverá clicar, para acessar o arquivo “PDF” onde consta o passo a passo para gerar, de forma correta, o boleto de pagamento da inscrição “GRU - Guia de Recolhimento da União”.

5.16.5. Um botão, onde o(a) candidato(a) deverá clicar, para acessar o sistema de emissão do boleto (GRU), conforme orientações contidas no arquivo PDF informado no item anterior. O pagamento do boleto deverá ser realizado, **impreterivelmente**, no correspondente bancário informado no boleto até a **data limite das inscrições**.

5.16.6. Um botão, onde o(a) candidato(a) deverá clicar, para gerar e imprimir a Ficha de Inscrição, devidamente preenchida.

5.17. A Ficha de Inscrição, a GRU e o seu respectivo comprovante de pagamento, deverão ser anexados à documentação exigida a ser entregue na fase de Entrega de Documentação/Entrevista/Aferição de Altura, conforme o Calendário de Eventos, **Anexo A**.

5.18. Somente continuarão no processo seletivo aqueles candidatos que entregarem toda a documentação exigida.

5.19. O(A) candidato(a) poderá se inscrever em apenas **uma área de interesse** do mesmo grau de escolaridade na localidade disponível.

5.20. O(A) candidato(a) militar deverá informar oficialmente ao seu Comandante, Chefe ou Diretor sobre sua inscrição para o processo seletivo, para que sejam adotadas as providências decorrentes por parte da instituição a que pertence, de acordo com a legislação em vigor.

5.21. O(A) candidato(a) militar deverá apresentar o parecer favorável do Comandante, Chefe ou Diretor de sua OM para que possa participar do processo seletivo, **Anexo O**, durante a fase da Avaliação Curricular.

5.22. O(A) candidato(a) que seja Reservista das Forças Armadas ou integrante de Forças Auxiliares, deverá apresentar obrigatoriamente, as folhas de alterações ou certidão de

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 17/41
---	---	-------------------------	-------------------------

assentamentos militares, relativas a todo o período de serviço, constando a classificação do seu comportamento (se praça) por ocasião da exclusão ou desligamento.

5.23. O(A) candidato(a) inscrito por terceiros assume total responsabilidade pelas informações prestadas na ficha de inscrição eletrônica, arcando com todas as consequências.

5.24. O Exército Brasileiro não se responsabilizará por inscrição não realizada por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.25. Os títulos/graus/diplomas, cursos, publicações técnicas e exercício de atividade profissional somente serão considerados dentro da área que o(a) candidato(a) postula, em conformidade com as disposições do órgão regulamentador da profissão. (Exemplo: curso na área de TI, não pontuam para candidatos da área de Administração).

5.26. Somente serão consideradas e pontuadas as atividades exercidas na área de ensino, títulos/graus/diplomas, cursos/estágios, publicações técnicas e exercício de atividade profissional, declarados pela internet e na ficha de inscrição do(a) candidato(a) e que estejam diretamente relacionados com a área de formação, **e realizados após a conclusão do curso que habilita a participar do processo seletivo.**

5.27. Não serão aceitos e nem computados “CERTIFICADOS” e “DIPLOMAS” sem o histórico escolar, e ainda devendo neste conter a carga horária, bem como a data de início e término do curso.

5.28. Somente será considerado e pontuado o exercício de atividade profissional por ano completo, considerando um período de 12 meses, na área em que o(a) candidato(a) concorre e após a formação do curso que habilita o(a) candidato(a) a participar do processo seletivo.

5.29. Em relação a experiência profissional, cada período somente será computado uma única vez, independentemente de o(a) candidato(a) possuir mais de uma ocupação em um mesmo período, ou seja, o(a) candidato(a) que desempenha ou desempenhou simultaneamente atividade profissional em mais de uma empresa, órgão, autarquia ou qualquer outro estabelecimento de qualquer natureza, ou, ainda, como autônomo terá o tempo computado como se estivesse desempenhando uma única atividade, sendo que o tempo de trabalho,

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 18/41
---	---	-------------------------	-----------------------------------

considerado período sobreposto, mesmo em instituições/órgãos diferentes, não será considerado pela Comissão de Seleção Especial, que ajustará a pontuação.

5.30. Não será computado mais de uma vez um mesmo documento probatório. O mesmo só poderá ser cadastrado e pontuado uma única vez, sendo considerada o de maior pontuação.

5.31. É de responsabilidade do(a) candidato(a) inserir todos os dados pertinentes à sua inscrição. Caso deixe de inserir algum item obrigatório ou insira dados incorretos, poderá ser eliminado.

5.32. Poderão se inscrever todos os cidadãos voluntários, obedecidas as legislações e normas em vigor, possuidores de curso superior.

5.33. Por ser um processo seletivo, o número de vagas para as áreas e habilitações técnicas de interesse do Exército será divulgado em uma data oportuna. Entretanto, esse quantitativo poderá ser acrescido, reduzido ou suprimido, em qualquer localidade que haja quartel do Exército no âmbito da 10ª Região Militar, de acordo com as necessidades e as disponibilidades de vagas nas OM, dentro do efetivo das Forças Armadas estabelecido em regulamentação específica.

5.34. Na vigência deste Aviso, surgindo necessidade, poderão ser realizadas novas convocações.

5.35. Para as qualificações regulamentadas em Lei, é obrigatória a comprovação do registro do(a) candidato(a) no respectivo Conselho Regional ou de ordem, quando houver. Por ocasião da auditoria dos dados curriculares pela CSE SvTT (Comissão de Seleção Especial para o Serviço Técnico Temporário), deverá apresentar, também, documento comprobatório de sua situação de regularidade financeira junto ao órgão de classe, demonstrando estar em dia com a anuidade e eventuais taxas devidas, **bem** como não estar respondendo nenhum processo administrativo disciplinar sob pena de eliminação do(a) candidato(a) do processo seletivo.

5.36. Sendo o(a) candidato(a) incorporado, deverá manter o seu registro ativo junto ao seu respectivo Conselho ou Ordem de profissionais, desde que não haja incompatibilidade prevista no ordenamento jurídico pátrio, oportunidade em que deverá promover sua desincompatibilização/licenciamento.

5.37. O(A) candidato(a) ao cargo de Oficial Técnico Temporário (OTT) deverá, ainda, preencher os seguintes requisitos específicos:

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 19/41
---	---	-------------------------	-------------------------

5.37.1. Ter concluído com aproveitamento, em Instituição de Ensino Superior, o curso de graduação, que o habilite ao exercício do cargo. Os cursos e as instituições de ensino devem ser reconhecidos oficialmente pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), pelas Secretarias de Educação ou pelos Conselhos Estaduais/Municipais de Educação ou, ainda, pelo Órgão competente responsável por tal modalidade de Ensino, tudo de acordo com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), conforme exigido pela legislação em vigor.

5.37.2. Se ex-aluno de estabelecimento de ensino de formação de oficiais ou praças das Forças Armadas ou das Forças Auxiliares, ter sido desligado e excluído estando classificado, na ocasião, no mínimo, no comportamento “BOM”, ou não tê-lo sido por motivos disciplinares ou por conveniência do serviço.

6. ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO/ENTREVISTA/AFERIÇÃO DE ALTURA/AVALIAÇÃO CURRICULAR

6.1. A Avaliação Curricular tem por finalidade realizar a validação dos documentos curriculares cadastrados na Ficha de Inscrição pela internet, realizar o ajuste das informações prestadas com a documentação apresentada e verificar a coerência dos mesmos com a prática profissional. Não serão aceitas informações curriculares que não tenham sido incluídas no sistema, até a data limite de inscrição.

6.1.1. Serão chamados para Entrega de documentação/Entrevista/Aferição de altura/Avaliação curricular os candidatos de maior pontuação inicial, que foi gerado pelo sistema de inscrição on-line de forma preliminar e automática, conforme as informações curriculares cadastradas pelos candidatos via internet. Nesta fase serão chamados 06 (seis) candidatos para cada vaga prevista para incorporação.

6.2. Os documentos julgados incompatíveis com as informações cadastradas ou incoerentes com a prática profissional serão desconsiderados, retirando-se a respectiva pontuação, com a respectiva justificativa.

6.3. Todos os cursos técnicos deverão estar previstos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação e Cultura, bem como no PRONATEC. Não serão aceitos/pontuados cursos técnicos similares ou com carga horária menor a 800 (oitocentas) horas.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 20/41
---	---	-------------------------	-------------------------

6.4. Somente serão consideradas e pontuadas as atividades exercidas na área de ensino, títulos/graus/diplomas, cursos/estágios, publicações técnicas e exercício de atividade profissional, declarados pela internet, na ficha de inscrição, e que estejam diretamente relacionados com a área de formação, e realizados após a conclusão do curso que habilita a participar o processo seletivo.

6.5. Só será aceito, como comprovante de exercício de atividade profissional, na área postulada, cópia da carteira de trabalho, cópia do contrato de serviço/trabalho, assentamentos militares, dos quais constem a função exercida e o período de trabalho, acrescida de certidões emitidas por órgãos públicos e publicações em Diários Oficiais que comprovem o efetivo desempenho da atividade na área selecionada.

6.6. Não será aceita declaração de qualquer tipo como comprovação de experiência profissional, como comprovantes de recolhimento da previdência social, Declaração de Imposto de Renda e comprovante de recolhimento de outros tributos, sem a respectiva comprovação do trabalho exercido, nos termos do parágrafo anterior.

6.7. O não comparecimento na Avaliação Curricular excluirá, automaticamente, o(a) candidato(a) do processo seletivo, sendo considerado eliminado.

6.8. Caso julgue necessário, o Presidente da Comissão de Seleção Especial poderá mandar verificar a autenticidade e a veracidade dos documentos apresentados pelos candidatos junto às entidades ou órgãos responsáveis.

6.9. O Comando da 10ª Região Militar poderá realizar novas chamadas para a análise curricular, caso a pontuação do(a) último(a) candidato(a) de cada área, após a realização da Avaliação Curricular, seja igual ou menor do que a pontuação do(a) próximo(a) candidato(a) não selecionado para esta fase do processo seletivo.

6.10. Por ocasião da divulgação da chamada para esta fase no endereço eletrônico **www.10rm.eb.mil.br**, os candidatos chamados deverão comparecer **às 13:00 horas** (horário local da CSE, **da GUARNIÇÃO escolhida para a área pleiteada**, com tolerância de 1 (uma) hora, nos dias estabelecidos, na Comissão de Seleção Especial da Guarnição/Localidade escolhida durante a sua inscrição. Após este horário, não poderão adentrar mais no local.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 21/41
---	---	-------------------------	-----------------------------------

6.11. O(A) candidato(a) chamado para a Avaliação Curricular/Entrevista deve entregar, pessoalmente, os documentos relacionados, Ficha de Inscrição, GRU e o seu respectivo comprovante de pagamento, bem como os comprovantes de todos os cursos, títulos, publicações e experiências profissionais declarados na Ficha de Inscrição eletrônica.

6.12. Toda a documentação a ser entregue, deverá estar **ENCADERNADA** e com as páginas **NUMERADAS**, podendo ser manuscrita (caneta dar cor azul ou preto), seguindo a ordenação disposta no **Anexo Q**.

6.13. Apenas a Declaração de Veracidade dos Documentos Apresentados, **Anexo E**, deverá conter a firma do declarante reconhecida em cartório.

6.13.1. As demais declarações, elaboradas em conformidade com os anexos deste Aviso, deverão ser preenchidas e assinadas pelo declarante.

6.14 A data, o local e hora constantes da chamada para entrega de currículos serão divulgados no endereço eletrônico da 10ª RM, **www.10rm.eb.mil.br**.

6.15. Não será aceita a entrega de documentos em data posterior à constante da chamada, bem como a remessa por via postal, FAX, correio eletrônico ou qualquer outro meio.

6.16. Não haverá devolução de documentação utilizada para participação do Processo Seletivo, mesmo que o(a) candidato(a) não tenha sido incorporado.

6.17. Cursos realizados no exterior deverão ter a validação do Órgão de Classe ao qual o(a) candidato(a) está vinculado, se for o caso, sendo que Pós-graduações *Strictu Sensu* deverão ser reconhecidas por instituições de ensino nacionais (Lei nº 9.394, de 1996) para poderem pontuar.

6.18. Os currículos entregues à Comissão de Seleção Especial do Serviço Técnico Temporário serão avaliados por uma equipe composta por militares especializados, conforme as áreas de interesse constantes deste Aviso.

6.19. Para os candidatos a cargos que exigem qualificação profissional regulamentada por Lei é obrigatório o registro no respectivo conselho ou ordem de profissionais, se houver.

6.20. Todos os documentos deverão estar legíveis, sob pena de não serem aceitos pela Comissão de Seleção Especial.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 22/41
---	---	-------------------------	-------------------------

6.21. A não apresentação da documentação citada no **item 6.12** poderá resultar na eliminação ou perda de pontos do(a) candidato(a).

6.22. Todo documento que esteja em língua estrangeira deverá ser acompanhado de versão em português, feita por tradutor juramentado.

6.23. Todas as Declarações, inclusive as elaboradas em conformidade com os anexos deste Aviso, deverão ter a assinatura do declarante.

6.24. Todas as cópias de documentos apresentados pelo(a) candidato(a) deverão estar acompanhadas dos originais.

6.25. A cópia da capa e página com os dados de catalogação do livro, desde que acompanhado do original, para análise por parte da Comissão de Seleção Especial, não necessita de autenticação, desde que a publicação integre o Sistema de identificação numérica, conhecido como ISBN (*International Standard Book Number*), atribuído em nosso País pela Fundação Biblioteca Nacional.

6.26. A pontuação da Avaliação Curricular/Entrevista seguirá o previsto na ficha constante do **Anexo D** deste Aviso para os candidatos ao EST.

6.27. Os diplomas ou certificados (exceto o que habilita a participar do processo) deverão ter a carga horária mínima reconhecida pelo MEC e pelo PRONATEC. Não serão aceitos diplomas ou certificados que não estejam dentro da área que o(a) candidato(a) postula a vaga.

6.28. Não será aceita experiência profissional que não seja dentro da área que o(a) candidato(a) postula vaga e obtida antes da conclusão do curso que o habilita a participar do processo seletivo.

6.29. Não serão pontuados os diplomas, os cursos e publicações técnicas que não pertencerem à área pretendida pelo(a) candidato(a), segundo parecer da Comissão de Seleção Especial (CSE), bem como realizados anteriormente ao curso ou graduação que o habilite a participar do processo seletivo.

6.30. Os candidatos pré-selecionados para a Entrega de documentação/Entrevista/Aferição de altura/Avaliação Curricular, que comparecerem no dia e no horário estabelecidos por ocasião da divulgação dessa fase, terão até 2 (dois) dias úteis, imediatamente após seu comparecimento à

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 23/41
---	---	-------------------------	-------------------------

Comissão de Seleção Especial, para sanar problemas com alguma documentação, respeitando o horário limite de **até às 16:00 horas**.

6.31. Somente serão pontuados os cursos com duração de no mínimo 360h, 200h, 120h, 80h, 50h e 30 horas, constante do **Anexo D** deste Aviso de Convocação.

6.32. As pós-graduações deverão ter sido realizadas em instituições de ensino reconhecidas pelo MEC e atender o que está previsto no Parecer CNE/CES nº 263/2006 e na Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007, do *International Standard Book Number*.

6.33. Os dados informados nas declarações que deverão ser preenchidas pelo(a) candidato(a) terão fé de ofício, ficando passíveis de serem imputadas responsabilidades civis e criminais em caso de falso testemunho.

6.34. Na fase de Entrega da documentação/Entrevista/Avaliação Curricular, será realizada a aferição da altura do(a) candidato(a) por um membro da Comissão de Seleção Especial, indicado pelo Presidente da Comissão.

6.34.1. O(A) candidato(a) do sexo masculino não poderá ter altura inferior a 1,60 metros e do sexo feminino não poderá ter altura inferior a 1,55 metros.

6.35. Será divulgada uma nova relação dos candidatos com pontuação retificada ou ratificada e a relação dos candidatos reprovados.

6.36. Quaisquer irregularidades nos documentos apresentados poderão excluir o(a) candidato(a) do processo seletivo e, caso sejam identificadas a *posteriori* da incorporação, poderão acarretar anulação do ato de incorporação.

6.37.1. Uma vez identificada(s) a(s) irregularidade(s), os efeitos da inabilitação serão retroativos ao ato de inscrição do(a) candidato(a) e este não fará jus a nenhum tipo de amparo do Estado. Os responsáveis pela irregularidade estarão sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis a cada caso.

7- TESTE DE CONHECIMENTOS

7.1. O Teste de Conhecimentos será realizado especificamente pelos candidatos da área de informática.

7.2. O Teste de Conhecimentos destina-se a avaliar a capacidade do(a) candidato(a) expor com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade os assuntos ligados à sua profissão.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 24/41
---	---	-------------------------	-------------------------

7.3. O Teste de Conhecimentos possui caráter **classificatório e eliminatório**.

7.4. Somente participará do Teste de Conhecimentos o(a) candidato(a) que tiver sido julgado apto na entrevista e for convocado para tal.

7.5. O Teste de Conhecimentos será composto por 2 (duas) fases: 1ª fase - Sorteio do Temas: os temas para o Teste de Conhecimento serão sorteados, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas antes da sua realização e serão disponibilizados por meio da publicação de Comunicado, conforme data prevista no **Anexo A**, 2ª FASE - prova didática serão abordados conhecimentos necessários ao exercício da atividade pretendida. As questões ou temas averiguados durante o teste deverão ser desenvolvidos dentro do tempo definido pela Comissão de Seleção e terão o conteúdo programático e bibliografia à disposição dos candidatos no sítio do Comando da 10ª Região Militar, **www.10rm.eb.mil.br**.

7.6. O(A) candidato(a) deverá comparecer na data, horário e local determinado com antecedência de 30 (trinta) minutos do horário previsto em Comunicado, sendo que, após o horário previsto, não será permitida a entrada de nenhum(a) candidato(a).

7.7. É de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) a identificação correta de seu local de avaliação e o comparecimento no horário determinado.

7.8. Por motivo fortuito ou de força maior, a realização do Teste de Conhecimentos da presente seleção poderá ter suas datas alteradas em relação ao previsto no Calendário Geral das Atividades, **Anexo A**, sendo agendada nova data para o evento, em momento futuro. Com isso, será de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) o acesso ao sítio do Comando da 10ª Região Militar **www.10rm.eb.mil.br**, diariamente, durante o processo.

7.9. O não comparecimento ao Teste de Conhecimentos excluirá automaticamente o(a) candidato(a) do processo seletivo.

7.10. Durante o Teste de Conhecimentos os candidatos deverão manter seus celulares desligados.

7.11. A pontuação obtida nessa fase será somada à nota obtida na Avaliação Curricular.

7.12. Após a publicação do resultado do Teste de Conhecimentos, o(a) candidato(a) poderá verificar o(s) motivo(s) da(s) alteração(ões) de pontuação. Caso não concorde com algum tópico do teste, poderá impetrar Requerimento de Solicitação de Recurso, **Anexo N**, acompanhado da

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 25/41
---	---	-------------------------	-------------------------

Ficha de Pedido de Revisão, **Anexo T**, que deverá ser protocolado no período previsto no calendário, na Comissão de Seleção Especial, onde o(a) candidato(a) realizou o Teste. Deverá ser preenchido 01 (um) Requerimento para cada item questionado.

7.13. Será eliminado o(a) candidato(a) que obtiver nota inferior a sete pontos na Prova Didática.

7.14. Será realizado de forma presencial segundo listagem de candidatos divulgada no endereço eletrônico: **www.10rm.eb.mil.br**.

7.15. A quantidade de questões, o tempo de duração e o cálculo da nota do Teste de Conhecimentos obedecerão aos seguintes critérios:

TIPO DE TESTE DE CONHECIMENTOS	NÚMERO DE QUESTÕES	CÁLCULO DA NOTA	DURAÇÃO
Didático	Critérios a serem divulgados pela banca aplicadora da Prova Didática		50 minutos

7.15.1. Quadro de realização do Teste de Conhecimentos por área postulada:

TIPO DO TESTE DE CONHECIMENTOS	ÁREA POSTULADA QUE REALIZARÁ O TESTE
Didático	- Para Oficial Técnico Temporário: Informática

7.15.2. A Prova Didática será realizada de acordo com a tabela abaixo:

Município/UF	Área Postulada (EST)	Local de Aplicação da Prova Didática
Fortaleza/CE	Informática	Av. Luciano Carneiro, 840 - Fátima, Fortaleza - CE, 60411-134 (52º CT)

7.15.2.1. A Prova Didática aplicada ao candidato da área de Tecnologia da Informação tem o objetivo de verificar sua habilidade em relação às suas habilidades de comunicação, capacidade de síntese e domínio sobre a matéria.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 26/41
---	---	-------------------------	-------------------------

7.15.2.2. A Prova Didática será pública e consistirá em apresentação do(a) candidato(a) das áreas de Informática, durante 50 (cinquenta) minutos, sobre o assunto constante de ponto sorteado conforme **item 7.5.**

7.15.2.3. A Prova Didática será realizada perante uma Comissão Examinadora formada por profissionais capacitados selecionados pelo Cmt da 10ª Região Militar, para a área de Informática. Para o sorteio, a Comissão Examinadora elaborará lista de no mínimo dez pontos, correspondentes a assuntos didáticos contidos no conteúdo programático. Na data estipulada no Calendário de Atividades para a divulgação dos pontos para a Prova Didática, todos os candidatos deverão apresentar-se para tomar conhecimento da lista de pontos, sendo-lhes facultado pleitear, nesse momento, junto à Comissão Examinadora, a impugnação de tema que considere alheio ao Conteúdo Programático. Havendo mais de um(a) candidato(a), cada um deles sorteará o respectivo ponto, cabendo à Comissão Examinadora definir por escrito os horários de sorteio, visando assegurar que todos os candidatos tenham o mesmo tempo para preparação da aula. Nenhum(a) candidato(a) poderá assistir à aula ministrada por outro concorrente.

7.15.2.4. O(A) candidato(a) deverá demonstrar capacidade de comunicação, atualização, profundidade de conhecimento e precisão no domínio do tema, correção de linguagem e aspectos didáticos aplicáveis. Compete ao(à) candidato(a) providenciar os recursos audiovisuais que pretenda utilizar na Prova Didática e que não sejam disponibilizados.

7.15.2.5. A Prova Didática terá caráter eliminatório e classificatório, sendo considerado aprovado o(a) candidato(a) que obtiver grau maior ou igual 7,0 (sete), calculado como a média aritmética das notas a ele atribuídas pelos examinadores.

8 - INSPEÇÃO DE SAÚDE (IS)

8.1. Serão chamados para a Inspeção de Saúde (IS) e prosseguirão no processo seletivo os candidatos de maior pontuação na Avaliação Curricular/Entrevista e Teste de Conhecimentos. Nesta fase serão selecionados 3 (três) candidatos para cada vaga prevista para incorporação, dentro do número de vagas destinadas a cada especialidade/localidade.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 27/41
---	---	-------------------------	-------------------------

8.1.1. O(A) candidato(a) que vier a ser chamado para a IS em mais de uma área ou localidade deverá optar por apenas uma e entregar a Declaração de desistência da(s) outra(s), **Anexo L**, até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da relação dos selecionados para a IS.

8.2. A IS será realizada em locais, datas e horários, conforme divulgação no endereço eletrônico da 10ª Região Militar.

8.3. A IS será realizada em etapa única, conforme Portaria nº 306-DGP, de 13 de dezembro de 2017 – Normas Técnicas sobre Perícias Médicas no Exército – NTPMEx (EB30-N-20.008).

8.4. Somente os candidatos selecionados para a IS deverão apresentar os resultados dos exames listados no **Anexo P**.

8.4.1. A realização dos exames, listados no **Anexo P**, bem como dos eventuais exames complementares solicitados pela Junta de Inspeção de Saúde Especial (JISE), será de integral responsabilidade e ônus do próprio candidato.

8.4.2. A Junta de Inspeção de Saúde Especial (JISE) poderá exigir outros exames, se julgar necessário mediante justificativa.

8.4.3. Para efeito de validade dos exames, serão adotados os seguintes prazos:

TIPO	PRAZO DE VALIDADE
Exames laboratoriais	Validade máxima de 30 dias do laudo ou resultado
Exames Toxicológicos	Validade máxima de 60 dias do laudo ou resultado
Teste de Gravidez (sanguíneo) - BHCG	Validade máxima de 15 dias do laudo ou resultado
Demais exames	Validade máxima de 180 dias do laudo ou resultado

8.5. O(A) candidato(a) com patologia oftalmológica deverá apresentar-se para a inspeção de saúde portando receita médica e a correção prescrita.

8.6. Caso o(a) candidato(a) já pertença ao serviço ativo do Exército, a Inspeção de Saúde pela JISE poderá ser substituída pela Ata de Inspeção de Saúde com finalidade Permanência ou Saída no Serviço Ativo de Militares Temporários, desde que, após análise dos exames complementares pela JISE não haja nenhuma alteração nos referidos exames; em caso de alteração, será realizada Inspeção de Saúde pela JISE e emitido parecer adequado ao caso.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 28/41
---	---	-------------------------	-------------------------

8.6.1. A Ata de Inspeção de Saúde deverá ser encaminhada ao Presidente da Comissão de Seleção Especial – CSE pelo Comandante/Chefe/Diretor da Organização Militar do(a) candidato(a).

8.7. O(A) candidato(a) Civil e Militar, ambos deverão comparecer no local trajando roupa de banho por baixo (sunga ou maiô).

8.8. O(A) candidato(a) julgado incapaz poderá requerer Inspeção de Saúde em Grau de Recurso, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de divulgação do resultado no site da 10ª RM, desde que fundamentado por exposição de motivos e pela apresentação e pela apresentação de documentação que justifique a sua discordância quanto ao resultado da inspeção recorrida.

8.9. São causas da incapacidade física, por motivo de saúde, para o ingresso no Serviço Militar Temporário:

8.9.1. Quaisquer patologias que sejam consideradas incompatíveis com o Serviço Militar e/ou com o desempenho das funções militares, conforme constam nas Instruções Gerais para a Inspeção de saúde dos Conscritos (IGISC).

8.9.2. As doenças que motivam a isenção definitiva dos Conscritos para o Serviço Militar das Forças Armadas, constam nos anexos das Instruções Gerais para a Inspeção de Saúde dos Conscritos - IGISC.

8.10. O(A) candidato(a) não poderá ter peso desproporcional à altura, tomando-se por base a diferença de mais de dez entre a altura (número de centímetros acima de um metro) e o peso (em quilogramas), para candidatos com altura inferior a 1,75 m e de mais de quinze para os candidatos de altura igual ou superior a 1,75 m. Estas diferenças, entretanto, por si só, não constituem em elemento decisivo para a Junta de Inspeção de Saúde Especial - JISE, a qual as analisará em relação ao biotipo e outros parâmetros do exame físico, tais como: massa muscular, constituição óssea, perímetro torácico, etc.

8.11. O(A) candidato(a) deverá apresentar o laudo ou resultado do exame toxicológico realizado em, no máximo, 60 (sessenta) dias antes da data da inspeção, com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias.

8.11.1. Os exames toxicológicos serão custeados pelo(a) candidato(a).

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 29/41
---	---	-------------------------	-------------------------

8.11.2. Nos laudos dos exames constarão, obrigatoriamente, as seguintes informações:

8.11.2.1. Identificação completa do(a) candidato(a), inclusive com a impressão digital.

8.11.2.2. Identificação e assinatura de, no mínimo, 02 (duas) testemunhas, podendo ser uma delas o responsável pela coleta.

8.11.2.3. Identificação e assinatura do responsável técnico pela emissão do laudo ou resultado.

8.11.3. A detecção de qualquer uma das substâncias psicoativas descritas na Lista F do Anexo I da Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, que aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, eliminará o(a) candidato(a) para o ingresso ou incorporação no Exército Brasileiro.

8.11.4. Na eventualidade de positividade do exame durante o curso de formação de militar temporário, este será desligado e licenciado *ex officio*.

8.11.5. O(A) candidato(a) ao ingresso voluntário nas fileiras do Exército Brasileiro, que forem reprovados no exame toxicológico terão garantidos o direito de contraprova, mediante recurso administrativo.

8.12. O(A) candidato(a) é considerado desistente e eliminado da seleção se, mesmo por motivo de força maior:

8.12.1. Faltar à Inspeção de Saúde ou Inspeção de Saúde em Grau de Recurso.

8.12.2. Não apresentar os laudos dos exames médicos solicitados, dentro do período fixado para a realização da Inspeção de Saúde ou da Inspeção de Saúde em Grau de Recurso, conforme calendário geral, **Anexo A**.

8.12.2.1. Não será aceito recurso para realização de Inspeção de Saúde em Grau de Recurso, por deixar de apresentar os laudos dos exames médicos exigidos, no todo ou em parte, por ocasião da realização da Inspeção de Saúde.

8.12.3. Não concluir a Inspeção de Saúde ou a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso.

8.13. Não haverá segunda chamada para a Inspeção de Saúde e nem para a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso.

8.14. A Inspeção de Saúde possui caráter eliminatório.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 30/41
---	---	-------------------------	-------------------------

8.15. A existência de tatuagem ao corpo do(a) candidato(a) que afete a honra pessoal, o pundonor Militar ou o decoro exigido aos integrantes das Forças Armadas, conforme previsto no Estatuto dos Militares, configura-se motivo para eliminação do(a) candidato(a) ao Serviço Militar Temporário, como por exemplo, as que apresentem símbolos e/ou inscrições alusivos a ideologias terroristas ou extremistas, práticas contrárias as instituições democráticas, práticas da violência, apologia ao crime, discriminação ou preconceitos de raça, credo, sexo ou origem, ideias ou atos libidinosos, ideias ou atos ofensivos as Forças Armadas. Também poderá ser considerado como motivo para eliminação a tatuagem aplicada em extensa área do corpo que possa vir a prejudicar os padrões de apresentação pessoal e de uso de uniformes exigidos nas instituições militares.

8.16. As mulheres que apresentarem o teste de gravidez positivo, por ocasião da inspeção de saúde, não prosseguem no processo seletivo. Tal medida não tem caráter discriminatório e visa, tão somente, à preservação da integridade da mãe e do feto, em face das atividades militares que serão desenvolvidas na 1ª fase do EST.

8.16.1. Por ocasião da Seleção Complementar, as candidatas do sexo feminino deverão apresentar um novo teste de gravidez, conforme **Anexo J**.

8.16.2. No caso de existência de vagas para novas convocações na mesma área e localidade, no prazo de validade do mesmo processo seletivo, a candidata gestante preterida, cessado o impedimento causado pela gravidez, será selecionada para realização de nova inspeção de saúde, e fases subsequentes do processo seletivo, observando todos os requisitos para a incorporação.

8.16.3. A candidata gestante preterida, cessado o impedimento causado pela gravidez, poderá retornar somente ao processo seletivo imediatamente subsequente, desde que haja vaga na área postulada e na mesma localidade na qual foi classificada, observando os requisitos para a incorporação, e para isso:

8.16.3.1. Deverá se inscrever no processo seletivo imediatamente posterior na mesma área e localidade do processo seletivo anterior e se apresentar na Comissão de Seleção Especial, durante a Avaliação Curricular/Entrevista. Caso isso não ocorra, a candidata não terá direito à preterição e não participará do novo processo seletivo.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 31/41
---	---	-------------------------	-------------------------

8.16.3.2. Realizará nova inspeção de saúde, não se submeterá à nova Avaliação Curricular/Entrevista, e terá precedência sobre os demais candidatos.

8.17. O resultado da Inspeção de Saúde ou Inspeção de Saúde em Grau de Recurso estará disponível no endereço eletrônico da 10ª Região Militar **www.10rm.eb.mil.br**, conforme o Calendário Geral, **Anexo A**.

8.18. Em caso de mudança no estado sanitário do(a) candidato(a), no período compreendido entre a Inspeção de Saúde pela JISE e o ingresso na atividade laborativa militar, o fato deverá ser imediatamente informado pelo(a) candidato(a) à Comissão de Seleção do Concurso para realização de nova Inspeção de Saúde com finalidade de Verificação de Capacidade Laborativa (VCL) no momento do ingresso do(a) candidato(a) à atividade laborativa militar.

9 - EXAME DE APTIDÃO FÍSICA (EAF)

9.1. Serão chamados para o Exame de Aptidão Física (EAF) e prosseguirão no processo seletivo todos os candidatos **“Aptos”** na Inspeção de Saúde (IS) ou Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR) e de maior pontuação na Entrevista/Avaliação Curricular.

9.2. O(A) candidato(a) convocado para a realização do EAF deverá preencher o **Anexo M** e apresentar-se na no local previsto para o EAF, conforme **Anexo B**, localidade onde está realizando o processo seletivo, no primeiro e no segundo dia marcados no calendário geral, conduzindo traje esportivo.

9.3. O(A) candidato(a) que estiver impossibilitado de realizar qualquer exercício ou venha a apresentar qualquer problema físico ou de saúde antes ou durante sua execução e não o concluir, será eliminado do processo seletivo.

9.4. Não haverá segunda chamada para os candidatos que faltarem à primeira chamada do EAF.

9.5. O(A) candidato(a) que faltar ao Exame de Aptidão Física (EAF), não vier a completá-lo ou chegar após o início da primeira tarefa do dia, mesmo que por motivo de força maior, será considerado desistente e eliminado da seleção.

9.6. As candidatas grávidas não poderão participar do Exame de Aptidão Física (EAF) em virtude dos riscos decorrentes do referido exame.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 32/41
---	---	-------------------------	-------------------------

9.7. O estado de gravidez deverá ser, obrigatoriamente, comunicado pela candidata ao Chefe da Comissão de Aplicação do Exame de Aptidão Física. Problemas decorrentes da não comunicação serão de responsabilidade exclusiva da candidata.

9.8. A aptidão física será expressa pelo conceito “APTO” ou “INAPTO”, de acordo com os índices mínimos para cada prova.

9.9. O Exame de Aptidão Física possui caráter eliminatório, constituindo-se na avaliação das condições mínimas de higidez física dos candidatos.

9.9.1. Em caso de incorporação, será exigido padrão de aptidão física superior, de acordo com a legislação específica que regula os Testes de Aptidão Física (TAF), realizados 3 (três) vezes ao ano nas Organizações Militares do Exército.

9.10. O EAF será avaliado pela aplicação de tarefas.

9.11. As tarefas estabelecidas para o EAF são realizadas pelo(a) candidato(a) com traje esportivo, em movimentos sequenciais padronizados, de forma contínua e execução segundo a legislação em vigor.

9.12. As tarefas serão realizadas em 2 (dois) dias consecutivos e os candidatos deverão atingir os seguintes índices mínimos para aprovação:

SEGUIMENTO	1º Dia		2º Dia
	Flexão de Braços	Abdominal supra	Corrida (12 min)
MASCULINO	10	20	1.800 metros
FEMININO	06	14	1.600 metros

9.13. As tarefas previstas serão executadas pelo(a) candidato(a) na sequência que a Comissão de Aplicação definir, desde que dentro do previsto para cada dia, com contagem de forma individualizada, com exceção da corrida, que será realizada em grupo.

9.14. Durante a realização do EAF, será permitido ao(à) candidato(a) executar até 2 (duas) tentativas para cada uma das tarefas, com intervalo, entre estas, de 1 (uma) hora para descanso (sem qualquer atividade física), excetuando-se a tarefa de corrida livre no tempo de 12 (doze) minutos, que deverá ser realizada com intervalo mínimo de 1 (um) dia, a contar da 1ª tentativa.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 33/41
---	---	-------------------------	-------------------------

9.15. Ao(À) candidato(a) que pertença ao serviço ativo do Exército, bastará a comprovação do conceito mínimo “B” na realização do último TAF, antes da data prevista para a realização do EAF.

9.15.1. O(A) candidato(a) que comprovar o seu conceito no TAF deverá comparecer na data/hora prevista para a realização do EAF para assinatura da ata e demais orientações.

9.15.1.1. Caso não comprove a conceituação "B", necessitará ser submetido às mesmas provas que os demais candidatos.

9.15.2. Não será aceita a comprovação de conceito obtido por meio de “repetição do resultado do TAF anterior” prevista no caso de incapacidade física temporária do militar.

9.15.3. A comprovação mencionada no **item 9.15** dar-se-á mediante Documento Interno do Exército (DIEx) encaminhado pelo Comandante/Chefe/Diretor da Organização Militar a que o(a) candidato(a) pertença e deverá ser entregue pessoalmente pelo(a) candidato(a) à Comissão de Seleção Especial.

9.16. O(A) candidato(a) reprovado no EAF deverá tomar ciência do seu resultado, assinando a ata do referido exame, no campo para isso destinado.

9.17. O(A) candidato(a) reprovado, mesmo após as 02 (duas) tentativas, em qualquer uma das provas, terá direito a uma última tentativa, em dia determinado pela Comissão de Aplicação do Exame de Aptidão Física, não podendo ultrapassar o último dia previsto para a realização da seleção (EAF), conforme o Calendário Geral. Para tal, o(a) candidato(a) deverá solicitar, por escrito, no mesmo dia em que realizou a segunda tentativa, a realização de um novo Exame de Aptidão Física ao Chefe da referida Comissão.

9.18. Abdominal supra, sem limite de tempo, com traje esportivo:

9.18.1. Para seguimento masculino e feminino:

9.18.1.2. Posição inicial: o(a) candidato(a) deverá adotar a posição deitado em decúbito dorsal, joelhos flexionados, pés apoiados no solo, sem uso de outro apoio, calcanhares próximos aos glúteos, braços cruzados sobre o peito, de forma que as mãos encostem no ombro oposto (mão esquerda no ombro direito e vice e versa). O avaliador deverá se colocar ao lado do avaliado, posicionando os dedos de sua mão espalmada, sob o tronco do(a) candidato(a) a uma distância

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 34/41
---	---	-------------------------	-------------------------

de 4 (quatro) dedos de sua axila, tangenciando o limite inferior da escápula (omoplata). Esta posição deverá ser mantida pelo avaliador durante toda a realização do exercício.

9.18.1.3. Execução: o(a) candidato(a) deverá realizar a flexão abdominal (conforme ilustrado nas **Fig. 01** e **Fig. 02**) até que as escápulas percam o contato com a mão do avaliador e retornar à posição inicial, quando será completada 1 (uma) repetição, e prosseguirá executando repetições do exercício sem interrupção do movimento, sem limite de tempo. O ritmo das flexões abdominais, sem paradas, será opção do(a) candidato(a).

9.18.1.4. O(A) candidato(a) não poderá obter impulso com os braços afastando-os do tronco e nem retirar os quadris do solo, durante a execução do exercício.

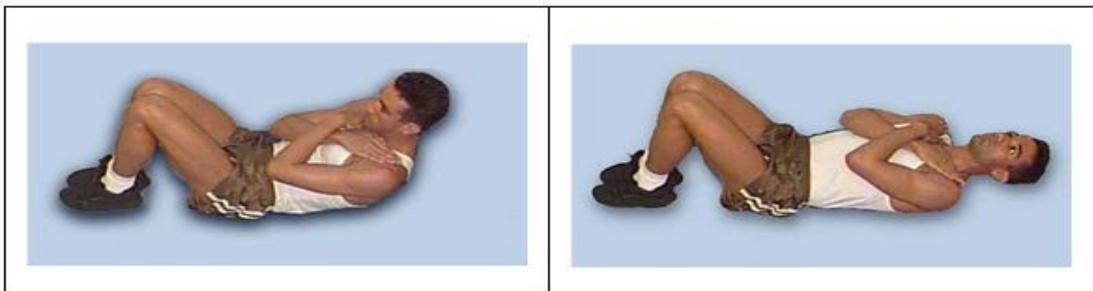


Fig. 01)

(Fig. 02)

9.19. Flexão de braços sobre o solo, sem limite de tempo:

9.19.1. Para o segmento masculino:

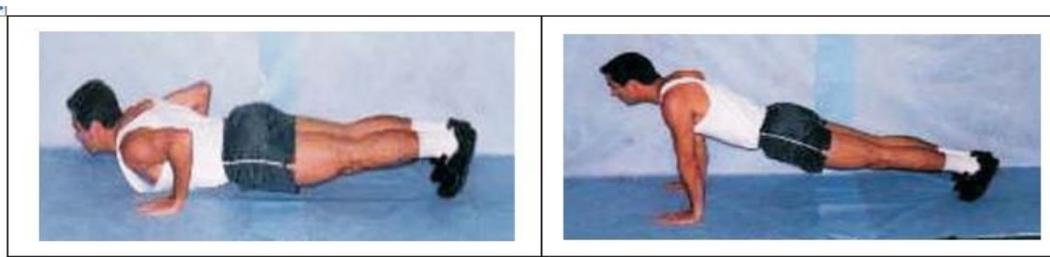
9.19.1.2. Posição inicial: apoio de frente sobre o solo, braços e pernas paralelos e estendidos, mãos voltadas para frente (na direção do comprimento).

9.19.1.3. O candidato realizará sucessivas flexões de braço (conforme **Fig. 03**), retornando à posição inicial (conforme **Fig. 04**), sem apoiar os joelhos no solo.

9.19.1.4. As flexões deverão ser ininterruptas, sem limite de tempo e com traje esportivo.

9.19.1.5. A linha dos cotovelos deverá ultrapassar o plano superior das costas.

9.19.1.6. O ritmo das flexões, sem paradas, é opção do candidato.



(Fig. 03)

(Fig. 04)

9.19.2. Para o segmento feminino:

9.19.2.1. Posição inicial: apoio de frente, com apoio de joelhos, sobre o solo com as mãos e os joelhos paralelos, mãos voltadas para frente (na direção do comprimento).

9.19.2.2 A candidata realizará sucessivas flexões de braço (conforme **Fig. 05**), retornando à posição inicial (conforme **Fig. 06**).

9.19.2.3. As flexões deverão ser ininterruptas sem limite de tempo e com traje esportivo.

9.19.2.4. Anexos B e C. A linha dos cotovelos deverá ultrapassar o plano superior das costas.

9.19.2.5. O ritmo das flexões, sem paradas, é opção da candidata.



(Fig. 05)

(Fig. 06)

9.20. Corrida livre, no tempo de 12 (doze) minutos:

9.20.1. A execução será realizada partindo da posição inicial de pé e o(a) candidato(a) deverá correr ou andar a distância de 1.800m (um mil e oitocentos metros) para homens e 1.600m (um mil e seiscentos metros) para as mulheres, no tempo de até 12 (doze) minutos, podendo interromper ou modificar seu ritmo.

9.20.2. A prova deverá ser realizada em pista ou circuito regular e plano.

9.20.3. O traje será o esportivo, sendo permitido ao(à) candidato(a) o uso de qualquer tipo de tênis.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 36/41
---	---	-------------------------	-------------------------

9.20.4. É proibido acompanhar o executante, em qualquer momento do Exame de Aptidão Física (EAF), com exceção dos integrantes da Comissão do EAF.

9.20.4.1. É proibido tocar o executante, em qualquer momento da prova.

10 - SELEÇÃO COMPLEMENTAR

10.1. A seleção complementar será realizada em locais estabelecidos pela 10ª Região Militar, tendo como finalidade realizar as medidas administrativas relativas à incorporação.

10.2. O(A) candidato(a), por ocasião da Seleção Complementar, será submetido a uma revisão médica pela Organização Militar de 1ª Fase do respectivo estágio. No caso de detecção de alguma alteração clínica que comprometa a incorporação, o(a) candidato(a) será encaminhado ao médico perito da Guarnição (MPGu), visando à ratificação ou retificação do parecer anteriormente emitido e demais providências decorrentes.

10.3. As candidatas do sexo feminino deverão apresentar um novo teste de gravidez (sanguíneo) - BHCG, conforme **Anexo J**.

11 - DESIGNAÇÃO/INCORPORAÇÃO DO CANDIDATO(A)

11.1. A designação dos candidatos aptos em todas as fases ficará condicionada à existência da vaga e à classificação final.

11.1.1. A incorporação dos candidatos está condicionada, além de outros fatores, à disponibilidade de vagas.

11.2. O incorporado realizará a 1ª Fase do Estágio de Serviço Técnico numa OM previamente designada pela 10ª RM, estará sujeito, no que for aplicável, a todas as leis e regulamentos militares e, posteriormente, deslocar-se-á para sua OM definitiva, sem ônus para a União, para a realização da 2ª Fase do Estágio.

11.3. O(A) candidato(a) selecionado e incorporado deverá estar ciente de que será convocado para um prazo de 12 (doze) meses, a partir da data da sua incorporação. A partir do término desse período, o militar poderá prorrogar o tempo de serviço, mediante solicitação (requerimento) e condicionado ao parecer favorável de seu Comandante/Chefe/Diretor e à necessidade do serviço, prevalecendo o interesse público sobre o privado.

11.4. O(A) candidato(a) que for apto em todas as etapas e for selecionado, voluntariamente, para a localidade que escolheu ou concordar em ser convocado para localidade diversa,

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 37/41
---	---	-------------------------	-------------------------

realizará seu deslocamento para o local de destino por conta própria e sem ônus para o Exército Brasileiro.

11.5. As incorporações para Oficial Técnico Temporário serão realizadas em **1º de março de 2024**, podendo haver incorporações em datas distintas, atendendo aos mesmos critérios, conforme as demandas autorizadas pelo Comando da 10ª Região Militar.

12 - CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1. Após a Avaliação Curricular, em caso de igualdade de pontuação entre candidatos da mesma área e localidade, terão prioridade para convocação, os seguintes candidatos:

12.1.1. Oficiais da ativa temporários (somente para OTT).

12.1.2. Oficiais da reserva de 2ª Classe (somente para OTT).

12.1.3. Praças da ativa temporários.

12.1.4. Reservistas de 1ª Categoria.

12.1.5. Reservistas de 2ª Categoria.

12.1.6. Os civis não enquadrados nos itens **12.1.2, 12.1.4 e 12.1.5** terão a seguinte prioridade para convocação:

12.1.6.1. Os de menor tempo de serviço público.

12.1.6.2. Os de maior idade.

12.1.6.3. Os com maior experiência profissional.

12.2. Dentro de cada universo citado nos itens **12.1.1 a 12.1.5**, será respeitada a precedência hierárquica.

13 - RECURSOS

13.1. Em todas as fases do processo seletivo (Avaliação Curricular, Teste de Conhecimentos, IS e EAF) o(a) candidato(a) terá um prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do dia seguinte da ciência do resultado de sua nota, na avaliação curricular, ou após a ciência do seu resultado da inspeção de saúde, para interpor recurso dirigido ao Comando da 10ª Região Militar, conforme **Anexo R**.

13.2. Todos os recursos deverão ser endereçados ao Comando da 10ª Região Militar e deverão ser entregues e protocolados, exclusivamente, na Comissão de Seleção Especial (CSE), na cidade/localidade onde o(a) candidato(a) estiver participando do processo seletivo, conforme requerimento constante no **Anexo N**, e durante as datas previstas no **Anexo A**. Os recursos que

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 38/41
---	---	-------------------------	-------------------------

forem protocolados em outros locais, mesmo sendo OM do Exército, serão desconsiderados para todos os efeitos. Não serão aceitos recursos postados pelos correios ou remetidos via e-mail.

13.3. Não caberá recurso em face de solicitação de alteração de área na qual o(a) candidato(a) se inscreveu.

13.4. Os recursos deverão conter:

13.4.1. Nome completo, número da identidade e CPF do(a) candidato(a).

13.4.2. Objeto do pedido do recurso.

13.4.3. Exposição fundamentada a respeito dos problemas verificados, apresentado documentos probatórios, devendo ser citada a legislação e/ou bibliografia vigente.

13.4.4. Não serão aceitos recursos que contenham quaisquer críticas direcionadas aos membros da comissão de seleção ou críticas e opiniões quanto aos procedimentos de seleção; e

13.4.5. Ao dar entrada no recurso, o(a) candidato(a) deverá anexar todos os documentos que julgar necessários. Não serão aceitas juntadas de documentos *a posteriori*.

13.5. Não serão reconhecidos os recursos que forem entregues fora do prazo ou em local diverso do funcionamento da CSE, os que forem remetidos pela internet, ou, ainda, os que não contenham os elementos indicados no item anterior.

14 - DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. O(A) candidato(a) concorrerá à convocação para Oficial Técnico Temporário (OTT), respeitando a área e o número de vagas disponíveis, para a localidade/Guarnição escolhida durante a inscrição.

14.1. O(A) candidato(a) deverá realizar, obrigatoriamente, todas as etapas do processo seletivo.

14.2. Todas as eventuais despesas com deslocamentos, hospedagem, exames e gastos diversos serão por conta do(a) candidato(a).

14.3. Os candidatos selecionados para as diferentes fases do processo, que não comparecerem nos dias e horários estabelecidos neste Aviso, bem como deixarem de apresentar qualquer documentação obrigatória, serão eliminados.

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 39/41
---	---	-------------------------	-------------------------

14.4. Será excluído do processo seletivo, por ato da Comissão de Seleção Especial, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal, o(a) candidato(a) que, além dos casos já mencionados:

14.4.1. Agir com incorreção, violência, descortesia para com qualquer membro da equipe encarregada do processo seletivo;

14.4.2. For responsável por falsa identificação pessoal;

14.4.3. Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa deste Processo Seletivo;

14.4.4. Deixar de atender à convocação ou a qualquer outra orientação da Comissão de Seleção Especial;

14.4.5. Atrasar-se ou faltar a qualquer das atividades previstas no processo seletivo; e

14.4.6. Não apresentar todos os exames exigidos, por ocasião da Inspeção de Saúde.

14.5. Afirmativas incorretas, omissão de informações importantes e/ou existência de irregularidades de documentos, mesmo que verificadas posteriormente, acarretarão a anulação da inscrição e a desqualificação do(a) candidato(a) com todas as suas decorrências, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

14.6. A Comissão de Seleção Especial do Comando da 10ª Região Militar poderá, por meio de auditoria, alterar resultados publicados incorretamente, e o resultado de tais auditorias disponibilizadas publicamente por intermédio do sítio eletrônico da 10ª RM (www.10rm.eb.mil.br).

14.7. Mesmo depois de sua convocação ou distribuição para a Organização Militar de 2ª fase, o(a) candidato(a) que apresentar alguma condição que impossibilitaria sua convocação, ainda que não verificada em momento anterior, poderá ter sua incorporação anulada na forma da lei.

14.8. Sem prejuízo dos dispostos acima, os candidatos que incorporarem em Organizações Militares de Engenharia poderão trabalhar quaisquer que sejam suas especialidades, ou seja:

14.8.1. Nos destacamentos de construção, dentro das necessidades das Organizações Militares de Engenharia, compondo as equipes (técnica, saúde, administrativa, logística, operacional, dentre outras) de qualquer obra de construção em execução, durante qualquer fase do seu serviço militar, em todo Território Nacional;

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 40/41
---	---	-------------------------	-------------------------

14.8.2. Nas sedes das Organizações Militares de Engenharia; e

14.8.3. Em outros locais determinados pela Organização Militar de Engenharia para o cumprimento de suas missões.

14.9. O militar temporário da ativa do Exército poderá participar do processo seletivo. Para isto deverá:

14.9.1. Realizar a inscrição, conforme o calendário geral;

14.9.2. Se aprovado, aguardar o licenciamento por término de tempo de serviço (*ex officio*), caso a incorporação seja posterior ao término do tempo de serviço ou, caso a incorporação seja anterior ao término do tempo de serviço, deverá solicitar o licenciamento a pedido; e

14.9.3. Aguardar a chamada para a incorporação.

14.10. O(A) candidato(a) inscrito atestará sua submissão às exigências do presente Aviso, sendo todas as despesas decorrentes do processo seletivo de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a), não lhe assistindo direito a ressarcimento de qualquer natureza decorrente de insucesso no processo seletivo ou ao não aproveitamento por falta de vagas.

14.11. O(A) candidato(a) selecionado não faz jus a qualquer tipo de direito pecuniário, quando da incorporação, exceto ao auxílio-fardamento.

14.12. O presente processo seletivo para o Estágio de Serviço Técnico poderá ser revogado a qualquer momento, por conveniência administrativa.

14.13. Os casos omissos serão resolvidos, em qualquer fase do processo, pelo Comando da 10ª Região Militar.

ANEXOS

Anexo A – Calendário Geral para o Serviço Técnico Temporário (CSE SvTT);

Anexo B – Locais de Funcionamento das CSE para o Serviço Técnico Temporário;

Anexo C – Localidades e áreas disponíveis para inscrição a Oficial Técnico Temporário (OTT);

Anexo D – Análise de Currículos para Oficial Técnico Temporário;

Anexo E – Declaração de Veracidade dos Documentos Apresentados;

Anexo F – Declaração de Voluntariado para Prestação de Serviço Militar Temporário;

Anexo G – Declaração de Tempo de Serviço Militar Anterior nas Forças Armadas;

Anexo H – Declaração de Residência;

	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR (Região Martim Soares Moreno)	<hr/> Cmt 10ª RM	Pág nº 41/41
---	---	-------------------------	-------------------------

- Anexo I – Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público;
- Anexo J – Declaração de Ciência da Necessidade de Informação do Estado de Gravidez;
- Anexo K – Declaração de Residente em Município diverso da sede da Organização Militar de Incorporação;
- Anexo L – Declaração de Desistência;
- Anexo M – Declaração de Capacidade Física;
- Anexo N – Requerimento de Solicitação de Recurso;
- Anexo O – Parecer Favorável do Cmt/Ch/Dir de Organização Militar para Participação em Processo Seletivo ao Serviço Militar Temporário – **apenas para militares da ativa**;
- Anexo P – Exames Médicos necessários para a realização da Inspeção de Saúde;
- Anexo Q – Documentos que deverão ser entregues para a Avaliação e Validação Curricular;
- Anexo R – Requerimento de Inspeção de Saúde em Grau de Recurso;
- Anexo S – Pré-requisitos para Oficial Técnico Temporário (OTT);
- Anexo T – Ficha de pedido de revisão do Teste de Conhecimentos; e
- Anexo U – Requerimento para solicitação de isenção de taxa de inscrição.
- Anexo V – Certificações aceitas para a área de Informática a serem pontuadas na Ficha de Avaliação Curricular.

Quartel em Fortaleza – CE, 27 de julho de 2023.

Gen Div CRISTIANO PINTO SAMPAIO
Comandante da 10ª Região Militar

ANEXO "A" AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2023 – SSMR/10 – SELEÇÃO DE OTT

CALENDÁRIO GERAL PARA O SERVIÇO TÉCNICO TEMPORÁRIO (CSE SvTT)



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR
(Região Martim Soares Moreno)

CALENDÁRIO GERAL		
Nº	DATA/ PERÍODO	EVENTO/FASE
1	31 JUL a 11 AGO 23	Divulgação do Processo Seletivo, no endereço eletrônico: www.10rm.eb.mil.br .
2	Até 16 AGO 23	Período de solicitação de Isenção da taxa de inscrição.
3	Até 18 AGO 23	Publicação, no endereço eletrônico: www.10rm.eb.mil.br , da relação dos candidatos com isenção deferida ou indeferida.
4	14 AGO a 1 SET 23	Período de Inscrição, pela internet, a partir das 09:00h (horário de Brasília) do dia 14 de agosto de 2024 até às 12:00h (horário de Brasília) do dia 1º de setembro de 2023 , no endereço eletrônico: www.10rm.eb.mil.br .
5	Até 6 SET 23	Divulgação, no endereço eletrônico: www.10rm.eb.mil.br , da classificação e pontuação inicial dos candidatos inscritos / chamada para entrega da documentação.
6	11 a 15 SET 23	Período para entrega e apresentação da documentação e comprovação de Títulos / Entrevista / Aferição de Altura (Os candidatos deverão comparecer na Comissão de Seleção Especial (CSE), da GUARNIÇÃO escolhida para a área pleiteada , às 13:00h (horário local, com tolerância de 1 (uma) hora.
7	18 e 22 SET 23	Período da Avaliação Curricular.
8	Até 27 SET 23	Divulgação, no endereço eletrônico: www.10rm.eb.mil.br , do resultado da fase de Avaliação Curricular.
9	28 e 29 SET 23	Período de interposição em Grau de Recurso para a Avaliação Curricular.
10	2 e 3 OUT 23	Período de avaliação da interposição de Recursos da Avaliação Curricular.
11	Até 5 OUT 23	Divulgação, no endereço eletrônico: www.10rm.eb.mil.br , do resultado da fase de Avaliação Curricular após interposição em Grau de Recurso e chamada para teste de conhecimento (e for o caso).
12	9 OUT 23	Sorteio dos Temas para o Teste de Conhecimento.
13	10 e 11 OUT 23	Período de aplicação do Teste de

		Conhecimentos.
14	Até 16 OUT 23	Divulgação, no endereço eletrônico: www.10rm.eb.mil.br , do resultado do Teste de Conhecimentos e período para interposição em Grau de Recursos.
15	17 e 18 OUT 23	Período de interposição em Grau de Recurso do Teste de Conhecimentos.
16	19 e 20 OUT 23	Período de avaliação da interposição em Grau de Recursos do Teste de Conhecimentos.
17	Até 23 OUT 23	Divulgação, no endereço eletrônico: www.10rm.eb.mil.br , da classificação do Teste de Conhecimentos, após a interposição em Grau de Recursos, chamada para Inspeção de Saúde e divulgação do número de vagas.
18	6 e 07 NOV 23	Período da Inspeção de Saúde.
19	Até 22 NOV 23	Divulgação, no endereço eletrônico: www.10rm.eb.mil.br , do resultado da Inspeção de Saúde.
20	23 e 24 NOV 23	Período para interposição em Grau de Recurso da Inspeção de Saúde.
21	29 NOV 23 a 1 DEZ 23	Período da Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (para todas as áreas), será realizada exclusivamente na guarnição de Fortaleza, independe do local para onde o candidato realizou sua inscrição.
22	Até 4 DEZ 23	Divulgação, no endereço eletrônico: www.10rm.eb.mil.br , do resultado da Inspeção de Saúde após interposição em Grau de Recurso e chamada para o Exame de Aptidão Física.
23	5 A 7 DEZ 23	Realização do Exame de Aptidão Física (apenas para os candidatos selecionados e considerados "APTOS" na Inspeção de Saúde/Inspeção de Saúde em Grau de Recurso).
24	Até 8 DEZ 23	Divulgação, no endereço eletrônico: www.10rm.eb.mil.br , do resultado do Exame de Aptidão Física.
25	Até 12 DEZ 23	Divulgação, no endereço eletrônico: www.10rm.eb.mil.br , do resultado final do processo seletivo e chamada dos candidatos classificados, dentro do número de vagas, para a Reunião de Designação.
26	13 a 15 DEZ 23	Reunião de Designação (Assinatura do Termo de Designação).
27	21 a 29 FEV 24	Seleção Complementar (Medidas Administrativas na Organização Militar responsável pela 1ª Fase do Estágio de Serviço Técnico - EST).
28	1º MAR 24	Incorporação.

QBS: ao longo do processo de entrega de documentos, entrevista, aferição de altura, avaliação curricular, teste de conhecimentos, inspeção de saúde e exame de aptidão física, poderão ocorrer mais de uma chamada de candidatos.

ANEXO "B" AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2023 – SSMR/10 – SELEÇÃO DE OTT

LOCAIS DE FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE SELEÇÃO ESPECIAL PARA O SERVIÇO TÉCNICO TEMPORÁRIO (CSE SvTT)



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR
(Região Martim Soares Moreno)

GUARNIÇÃO/ LOCALIDADE	LOCAL DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO E DE REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO CURRICULAR (AC), ENTREVISTA, AFERIÇÃO DE ALTURA, TESTE DE CONHECIMENTOS (SFC), INSPEÇÃO DE SAÚDE (IS) e EXAME DE APTIDÃO FÍSICA (EAF)	LOCAL DA INSPEÇÃO DE SAÚDE EM GRAU DE RECURSO (ISGR)	ENDEREÇO DO LOCAL DA ATIVIDADE (SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO E REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO CURRICULAR, ENTREVISTA, AFERIÇÃO DE ALTURA, TESTE DE CONHECIMENTOS (SFC), INSPEÇÃO DE SAÚDE E EXAME DE APTIDÃO FÍSICA)
Fortaleza-CE	Fortaleza-CE	Fortaleza-CE	<p>- Local da solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição / Avaliação Curricular / Entrevista / Aferição de Altura para todas as áreas: 23º Batalhão de Caçadores - Avenida dos Expedicionários, nº 1589, Bairro: Fátima (Entrada pela lateral do 23º Batalhão de Caçadores), Fortaleza – CE.</p> <p>- Local da Inspeção de Saúde e Inspeção de Saúde em Grau de Recurso para todas as áreas: Hospital Geral de Fortaleza - Av. Desembargador Moreira, 1500, Aldeota, Fortaleza – CE.</p> <p>- Local do Exame de Aptidão Física para todas as áreas: Colégio Militar de Fortaleza - Av. Santos Dumont, nº 485, Aldeota, Fortaleza-CE.</p>
Teresina-PI	Teresina-PI	Fortaleza-CE	<p>- Local da solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição / Avaliação Curricular / Entrevista / Aferição de Altura para todas as áreas: Círculo Militar de Teresina - Rua Acre, 95, Ilhotas, Teresina – PI.</p>

			<p>- Local da Inspeção de Saúde para todas as áreas: Posto Médico da Guarnição de Teresina - Rua Professor Amável, 353, Cabral, Teresina-PI</p> <p>- Local da Inspeção de Saúde em Grau de Recurso para todas as áreas: Hospital Geral de Fortaleza - Av. Desembargador Moreira, 1500, Aldeota, Fortaleza – CE.</p> <p>- Local do Exame de Aptidão Física para todas as áreas: 2º Batalhão de Engenharia de Construção - Av. Frei Serafim, 2833, Centro, Teresina – PI</p>
Picos-PI	Picos-PI	Fortaleza-CE	<p>- Local da solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição / Avaliação Curricular / Entrevista / Aferição de Altura / Inspeção de Saúde / Exame de Aptidão Física para todas as áreas: 3º Batalhão de Engenharia de Construção - Av. Senador Helvídio Nunes, S/Nº - Jardim Natal, CEP: 64606-000, Picos – PI</p> <p>- Local da Inspeção de Saúde em Grau de Recurso para todas as áreas: Hospital Geral de Fortaleza - Av. Desembargador Moreira, 1500, Aldeota, Fortaleza – CE.</p>

Observações:

1. A solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição, Avaliação Curricular, Entrevista, Inspeção de Saúde, Exame de Aptidão Física e a Reunião de Designação serão realizados na Guarnição para a qual o candidato esteja inscrito.
2. A Inspeção de Saúde em Grau de Recurso para todas as áreas somente será realizada na Guarnição de Fortaleza-CE.
3. Os deslocamentos para realizar a ISGR serão por conta do candidato.

**ANEXO "C" AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº Nº 003/2023 – SSMR/10 – SELEÇÃO DE
OTT**

**LOCALIDADES E ÁREAS DISPONÍVEIS PARA O CARGO DE OFICIAL TÉCNICO
TEMPORÁRIO (OTT)**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR
(Região Martim Soares Moreno)**

LOCALIDADE/ GUARNIÇÃO DE REALIZAÇÃO DAS FASES DA SELEÇÃO	LOCALIDADE/ GUARNIÇÃO DA VAGA	NOME DO CURSO SUPERIOR
FORTALEZA-CE	FORTALEZA-CE	Fisioterapia
		Assistência Social
		Informática
		Administração
		Jornalismo
		Engenharia Química
		Contabilidade
		Engenharia Civil
PICOS-PI	PICOS-PI	Engenharia Elétrica
		Engenharia de Software

ANEXO “D” AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2023– SSMR/10 – SELEÇÃO DE OTT
ANÁLISE DE CURRÍCULOS PARA O OFICIAL TÉCNICO TEMPORÁRIO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR
(Região Martim Soares Moreno)

1. Habilitação mínima exigida	Pontuação admitida	Pontuação obtida
<p>a. Curso Superior – Licenciatura, Bacharel ou Tecnólogo, na área postulada. Somente será aceito o curso cuja nomenclatura seja igual ou contenha parte da nomenclatura da área específica deste Aviso de Seleção. - Somente para cursos realizados em Instituições de Ensino Superior registrada no MEC constante no site: “http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino”. b. Experiência mínima para as áreas mencionadas, conforme ANEXO S.</p>	Não pontua	-
2. Títulos/ Graus/ Diplomas (na área pretendida)	Pontuação admitida	Pontuação obtida
a. Doutorado - Stricto Sensu	4,0 pontos por diploma – máximo de 1 (um) curso	
b. Mestrado – Stricto Sensu	3,0 pontos por diploma – máximo de 1 (um) curso	
c. Especialização Lato Sensu	2,5 pontos por diploma – máximo de 2 (dois) cursos	
3. Cursos e outras habilitações	Pontuação admitida	Pontuação obtida
<p>a. Curso com carga horária mínima de 360 horas na área pretendida (1) - Somente para cursos realizados em Instituições de Ensino Superior ou de Ensino Profissional registrada no MEC constante no site: “http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino”</p>	2,0 pontos por diploma – máximo de 4 (quatro) cursos. (2)	
<p>b. Curso com carga horária mínima de 200 horas na área pretendida (1) - Somente para cursos realizados em Instituições de Ensino Superior ou de Ensino Profissional registrada no MEC constante no site: “http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino”.</p>	1,5 pontos por diploma – máximo de 4 (quatro) cursos. (2)	

c. Curso com carga horária mínima de 120 horas na área pretendida (1) - Somente para cursos realizados em Instituições de Ensino Superior ou de Ensino Profissional registrada no MEC constante no site: "http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino".	1,0 pontos por diploma – máximo de 4 (quatro) cursos. (2)	
d. Curso com carga horária mínima de 80 horas na área pretendida (1) - Somente para cursos realizados em Instituições de Ensino Superior ou de Ensino Profissional registrada no MEC constante no site: "http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino".	0,9 pontos por diploma – máximo de 4 (quatro) cursos. (2)	
e. Curso com carga horária mínima de 50 horas na área pretendida (1) - Somente para cursos realizados em Instituições de Ensino Superior ou de Ensino Profissional registrada no MEC constante no site: "http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino".	0,7 pontos por diploma – máximo de 4 (quatro) cursos. (2)	
f. Curso com carga horária mínima de 30 horas na área pretendida (1) - Somente para cursos realizados em Instituições de Ensino Superior ou de Ensino Profissional registrada no MEC constante no site: "http://sistec.mec.gov.br/consultapublicaunidadeensino".	0,4 pontos por diploma – máximo de 4 (quatro) cursos. (2)	
5. Cursos Complementares (Civis e Militares) aperfeiçoamento/ extensão/ formação (Certificações/ Militares)	Pontuação admitida	Pontuação obtida
a. Certificação na área de Informática, reconhecida pelo MEC. Computada somente para candidatos das áreas de Informática I e II, conforme descrito no Anexo T deste Aviso de Seleção.	1,5 pontos por certificação – máximo de 3 (três)	
c. EST/ EIPOT, EIC, EBST, CFST e EBCT no Exército ou Cursos Similares nas demais Forças e Forças Auxiliares.	1,0 pontos – apenas 1 (um) curso	
d. CFC e CFSD	0,5 pontos – apenas 1 (um) curso	
6. Publicações técnicas:	Pontuação admitida	Pontuação obtida
a. Livro (máximo três)	2,0 pontos por livro	
b. Capítulo em Livro especializado (máximo de três)	1,0 pontos por Capítulo	
c. Artigo em revistas especializadas (máximo três)	1,0 pontos por artigo	
d. Artigo em periódicos/ revistas não especializadas (máximo três)	0,5 pontos por artigo	
7. Exercício de atividade profissional:	Pontuação admitida	Pontuação obtida
a. No meio civil (público/privado) b. No meio militar	2,5 pontos por ano completo	

	(Somente será aceito e pontuado o exercício de atividade profissional por ano completo, considerando um período de 12 meses, na área em que o candidato concorre e após a formação do curso que habilita o candidato a participar do processo seletivo, até à data de início da inscrição deste certame.	
--	--	--

OBSERVAÇÃO:

- (1) sendo vedado o somatório de vários diplomas para se atingir a carga horária mínima.
- (2) Não serão aceitos os cursos realizados em Cursinhos Preparatórios (exceção aos cursos regulares devidamente reconhecidos pelo MEC)

ANEXO “E” AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2023 – SSMR/10 – SELEÇÃO DE OTT

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

Eu, _____, residente à _____, portador da cédula de Identidade nº _____, CPF nº _____, declaro, sob as penas da Lei, para fins da administração militar, estar ciente dos Art. 311, 312, 315 e 318 do Código Penal Militar (Decreto Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969), e sob minha e total responsabilidade, de que todos os documentos e assinaturas apresentadas, para efeito deste Aviso de Convocação, são autênticos:

- a. Declaração de Voluntariado para Prestação do Serviço Militar Temporário por um período mínimo de 12 (doze) meses (**Anexo F**);
- b. Declaração de Tempo de Serviço Militar Anterior à Incorporação (**Anexo G**);
- c. Declaração de Residência (**Anexo H**);
- d. Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público (**Anexo I**);
- e. Declaração de Ciência da Necessidade de Informação do Estado de Gravidez (**Anexo J**). Apenas para candidatas do segmento feminino;
- f. Declaração de Residente em Município Diverso da Sede da OM de Incorporação (**Anexo K**);
- g. Declaração de Desistência (**Anexo L**), se for o caso;
- h. Declaração de Capacidade Física (**Anexo M**);
- i. Requerimento para solicitação de Recurso (**Anexo N**), se for o caso;
- j. Parecer Favorável do Comandante, Chefe ou Diretor OM em que serve para participação em Processo Seletivo ao Serviço Militar Temporário (**Anexo O**). Apenas para candidatos militares; e
- k. Requerimento de Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (**Anexo R**), se for o caso.

(FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO)

Local e data

Assinatura do declarante

Nome completo do declarante

ANEXO "F" AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2023 – SSMR/10 – SELEÇÃO DE OTT

DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO

1. Eu, _____ (nome completo), Identidade nº _____, CPF nº _____, nascido aos _____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e _____ de _____, residindo na cidade de _____ - _____, declaro que sou voluntário para o Estágio de Serviço Técnico (EST), pelo período de 1 (um) ano, como _____ (Oficial), na Guarnição Militar de _____ - _____, sujeitando-me, se for aceito, a todos os deveres e obrigações militares previstos na legislação em vigor, e conhecedor que poderei obter, dependendo da existência de vaga, do interesse do Exército Brasileiro e do meu desempenho profissional, prorrogações anuais, não ultrapassando o período de 8 (oito) anos, contado, para isso, todo o tempo que tenho de serviço público.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas por mim, ciente da responsabilidade criminal prevista nos art. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e art. 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar (CPM).

Local e data

Assinatura do declarante

Nome completo do declarante

ANEXO "G" AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2023 – SSMR/10 – SELEÇÃO DE OTT

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO MILITAR ANTERIOR

1. Eu, _____ (nome completo),
Identidade nº _____, CPF nº _____, nascido aos ___ dias do mês de
_____ de _____, filho de _____ e de
_____, declaro, sob as penas da lei, para
comprovação junto à 10ª Região Militar que, até esta data, possuo _____ anos, _____
meses, _____ dias (preencher com zero caso não possua) de tempo de serviço prestado
nas Forças Armadas, anterior à minha incorporação para o Serviço Militar, que possa ser
averbado na contagem total de meu tempo de serviço.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas por mim,
ciente da responsabilidade criminal prevista nos art. 299 e 304 (falsidade ideológica) do
Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e art. 312 (falsidade) do
Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar (CPM).

**Observação: o candidato deverá anexar à declaração uma cópia do CNIS, para efeito de
comprovação de tempo de serviço militar passado nas Forças Armadas.**

Local e data

Assinatura do declarante

Nome completo declarante

ANEXO "H" AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2023 – SSMR/10 – SELEÇÃO DE OTT

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

1. Eu, _____ (nome completo), Identidade nº _____, CPF nº _____, nascido aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho de _____ e de _____, declaro, como candidato no processo de seleção para o _____ Estágio de Serviço Técnico (EST), na área da 10ª Região Militar, residir no seguinte endereço: _____ cidade: _____, UF: ____, CEP: _____, conforme comprovante juntado a esta declaração.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas por mim, ciente da responsabilidade criminal prevista nos art. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e art. 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar (CPM).

Local e data

Assinatura do declarante

Nome completo do declarante

ANEXO "I" AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2023 – SSMR/10 – SELEÇÃO DE OTT

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

1. Eu, _____ (nome completo), Identidade nº _____, CPF nº _____, nascido aos ___ dias do mês de _____ de _____, filho de _____ e de _____, declaro, sob as penas da lei, para comprovação junto à 10ª Região Militar, que não estarei, na data prevista para a minha incorporação nas Forças Armadas, caso esta ocorra, investido em cargo público, seja ele da administração direta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos antigos Territórios ou dos Municípios.

2. Tenho plena ciência que, caso incorporado ao Exército Brasileiro, e venha a exercer qualquer função pública acima especificada, simultaneamente à que ora pleiteio, serei licenciado imediatamente, por ferir o disposto no art. 142, § 3º, Inciso II, da Constituição Federal.

3. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas por mim, ciente da responsabilidade criminal prevista nos art. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e art. 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar (CPM).

Local e data

Assinatura do declarante

Nome completo do declarante

ANEXO "J" AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2023 – SSMR/10 – SELEÇÃO DE OTT

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ

Eu, _____ (nome completo), Identidade nº _____, CPF nº _____, nascida aos ___ dias do mês de _____ de _____, filha de _____ e de _____, declaro, para efeito do processo de seleção ao _____ Estágio de Serviço Técnico (EST), que fui alertada e tomei ciência de que:

- a. o estado de gravidez não impossibilita a minha participação nesse processo, entretanto, impede a incorporação para o estágio acima, em virtude dos riscos decorrentes do exame de aptidão física e das atividades militares a serem desenvolvidas posteriormente, na prestação do Serviço Militar Temporário; e
- b. sou responsável por comunicar, o mais rápido possível, e por escrito, o meu estado de gravidez à autoridade militar competente.

Local e data

Assinatura do declarante

Nome completo do declarante

ANEXO “K” AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2023 – SSMR/10 – SELEÇÃO DE OTT

DECLARAÇÃO DE RESIDENTE EM MUNICÍPIO DIVERSO DA SEDE DA OM (ORGANIZAÇÃO MILITAR) DE INCORPORAÇÃO

Eu, _____ (nome completo), Identidade nº _____, CPF nº _____, nascido aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho de _____ e de _____, declaro como candidato do processo _____ de seleção para o _____ Estágio de Serviço Técnico (EST), na área da 10ª Região Militar, assumir inteira responsabilidade em mudar de residência, por conta própria, para a cidade de _____ - _____, caso venha a ser convocado, sem qualquer ônus para o Exército Brasileiro.

Local e data

Assinatura do declarante

Nome completo do declarante

ANEXO "L" AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2023 – SSMR/10 – SELEÇÃO DE OTT

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____, abaixo assinado, filho de _____ e _____, nascido em ____/____/____, em _____, identidade nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na _____, Bairro _____, CEP _____ na cidade de _____, **declaro**, junto à Comissão de Seleção Especial do Serviço Técnico Temporário, que estou desistindo de minha participação no processo seletivo para convocação para o _____, Estágio de Serviço Técnico (EST), da área _____, localidade de _____ - _____.

Local e data

Assinatura do declarante

Nome completo do declarante

ANEXO “M” AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2023 – SSMR/10 – SELEÇÃO DE OTT

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FÍSICA

Eu, _____ candidato _____ (a) _____ (nome completo), Identidade Nº _____, CPF Nº _____, nascido(a) aos ____ dias do _____ mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, declaro, para efeito da realização ao Exame de Aptidão Física (EAF) para o _____, Estágio de Serviço Técnico (EST), que _____ (**possuo/não possuo**) a plena capacidade física exigida na legislação citada na referência, que regula o Serviço Militar Temporário, estando plenamente em condições de realizar todas as tarefas a mim aplicadas. Sou responsável, ainda, por comunicar à autoridade competente, o mais rápido possível, **e por escrito**, qualquer alteração que me incapacite para o desempenho de qualquer das tarefas estabelecidas para o EAF estando ciente que, caso isso venha ocorrer, serei eliminado do processo seletivo.

Local e data

Assinatura do declarante

Nome completo do declarante

Preenchimento obrigatório pelo candidato e deverá ser entregue nos 1º e no 2º dias de realização do Exame de Aptidão Física (EAF)

ANEXO "N" AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2023 – SSMR/10 – SELEÇÃO DE OTT

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE RECURSO

Exmo Sr Cmt 10ª RM

Objeto: solicitação de recurso

Sr Presidente,

1. Eu, _____, filho de _____ e _____, candidato a área de _____, nascido na cidade de _____, UF____, identidade nº _____, CPF nº _____, vem requerer a V Exa solicitação de análise de recurso do processo seletivo para o _____, Estágio de Serviço Técnico (EST) a ser realizado no ano de 2023.

2.Exposição de motivos

3.Tal solicitação encontra amparo no item 13 do Aviso de Convocação nº 003/2023-SSMR/10, de 27 de julho de 2023, para o processo seletivo do serviço militar temporário de nível superior, na área da 10ª Região Militar.

Anexos: deverá ser informado neste campo os documentos comprobatórios que estão sendo remetidos junto com este requerimento.

Local e data

Assinatura do declarante

Nome completo do declarante

ANEXO "O" AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2023 – SSMR/10 – SELEÇÃO DE OTT

**PARECER FAVORÁVEL DO CMT/CH/DIR OM PARA PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO
AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO**



(Cabeçalho da OM)

Declaro, junto ao Comando da 10ª Região Militar, que o _____
(posto/graduação)

(nome completo), Idt Nº _____, CPF Nº _____, nascido aos
_____ dias do mês de _____ de _____, filho de
_____ e de _____, ocupa o
cargo de _____ e não possui em seus assentamentos nada
que desabone a sua conduta militar e que, por isso, possui parecer favorável deste
Comando para participação no processo de seleção 2023 ao
_____, Estágio de Serviço Técnico (EST).

Local e data

Assinatura do Cmt/Ch/Dir OM

Nome completo do Cmt/Ch/Dir OM

EXAMES MÉDICOS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO SAÚDE

1. Radiografia do tórax, com laudo;
2. Glicose, Uréia e Creatinina;
3. EAS;
4. Colesterol Total e Frações/ Triglicerídeos/ Ácido Úrico;
5. Hemograma Completo;
6. Sorologia para Lues e HIV;
7. Audiometria, com laudo;
8. Reação de Machado-Guerreiro;
9. Tipagem sanguínea ABO/RH;
10. EPF;
11. Eletroencefalograma, com laudo;
12. Perfil imunológico para hepatites virais (A, B e C);
13. Provas de Função Hepática (Aminotransferases/Fosfatase Alcalina/Gama-GT/Bilirrubinas);
14. Teste VDRL;
15. Parecer oftalmológico (acuidade visual com e sem correção, refração, biomicroscopia, fundo de olho, tonometria, motilidade e senso cromático);
16. Eletrocardiograma em repouso, com laudo;
17. Radiografia panorâmica das arcadas dentárias;
18. Radiografia panorâmica da coluna vertebral, com laudo especificando os ângulos de COBB e de FERGUSON, e escanometria dos membros inferiores;
19. Teste ergométrico com esforço (com laudo);
20. Exame toxicológico, de larga janela de detecção (igual ou superior a 90 dias);
- as drogas a serem pesquisadas serão, no mínimo: maconha e derivados; cocaína e derivados, incluindo crack e merla; anfetaminas; metanfetaminas; ecstasy (MDMA e MDA); opiáceos, incluindo morfina, codeína, 6-acetilmorfina (heroína), oxicodine; hidromorfina e hidrocodona.
21. Exame de Tireóide: TSH, T3 e T4;
22. PSA (para candidatos do segmento masculino com mais de 40 anos);
23. Para candidatos civil e militar: Exame de Aptidão Psicológica para Manuseio de Armas de Fogo realizado por psicólogos credenciados pela Polícia Federal, com parecer sobre a saúde mental do candidato em atividade que envolve o uso de armamento.
- A lista das clínicas/psicólogos credenciados pela Polícia Federal podem ser consultados no site <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/armas/psicologos/psicologos-credenciados>
24. Para o segmento feminino:
- β HCG - sangue. O estado de gravidez não impossibilita a participação no processo seletivo, mas na futura incorporação sim, em virtude dos riscos decorrentes do EAF e das atividades militares a serem desenvolvidas durante a prestação do Serviço Militar Temporário. Esta medida visa, tão somente, proteger a integridade física tanto da gestante, quanto do feto. Com data de validade de até 15 dias anteriores ao da Inspeção de Saúde;
- Mamografia, com laudo;
- Exame de Colpocitologia oncótica.

25. Outros exames complementares, a critério da CSE

Obs (1): **Não serão admitidos exames desacompanhados do competente laudo**, quando tal documento for exigível (ex: eletrocardiograma, radiografias, etc). Exceção feita àqueles devidamente solicitados ao candidato no momento da inspeção de saúde pelos médicos da Junta de Inspeção de Saúde (JIS); e
Obs (2): O candidato com deficiência visual deverá apresentar-se para a Inspeção de Saúde portando a receita médica e a prescrição de correção.

ANEXO "Q" AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2023 – SSMR/10 – SELEÇÃO DE OTT

DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER ENTREGUES PARA A AVALIAÇÃO E VALIDAÇÃO CURRICULAR



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 10ª Região Militar
(Região Martim Soares Moreno)**

Área: _____

Nome: _____

CPF: _____

Data de Nascimento: _____

Data da Avaliação e Validação Curricular: _____

SIM/NÃO	DOCUMENTOS	OBS
	Ficha de Inscrição Eletrônica impressa após a inscrição realizada no endereço eletrônico.	CÓPIA DO SISTEMA
	Carteira de Identidade, somente para candidato civil.	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL
	Carteira de Identidade Militar, somente para candidato militar temporário da ativa.	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL
	Documento Oficial que comprove o número do CPF.	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL
	Título de Eleitor.	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL
	Certidão de nascimento, casamento ou declaração de união estável.	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL
	Comprovante de Residência.	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL
	Certidão de Nascimento dos dependentes, quando for o caso.	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL
	Registro ativo no respectivo Conselho ou Ordem de profissionais, havendo exigência do respectivo Órgão.	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL
	Comprovante de Quitação do respectivo Conselho ou Ordem de profissionais.	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL
	Declaração de Veracidade dos Documentos Apresentados (Anexo E), com firma reconhecida em cartório.	FIRMA RECONHECIDA
	Declaração de Voluntariado para Prestação do Serviço Militar Temporário por um período mínimo de doze meses (Anexo F).	ASSINADA
	Declaração de Tempo de Serviço Público Militar, anterior à Incorporação (Anexo G). O candidato que não possuir tempo de serviço público deverá registrar 00 anos 00 meses 00 dias.	ASSINADA
	Declaração de Residência (Anexo H).	ASSINADA
	Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público (Anexo I), exceto para as profissões	ASSINADA

SIM/NÃO	DOCUMENTOS	OBS
	autorizada por lei específica.	
	Declaração de Ciência da Necessidade de Informação do Estado de Gravidez (Anexo J), apenas para candidatas do segmento feminino.	ASSINADA
	Declaração de Residente em Município Diverso da Sede da OM de Incorporação (Anexo K), se for o caso.	ASSINADA
	Cadastro do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS (quando possuir cadastro).	CÓPIA
	Parecer favorável do Comandante, Chefe ou Diretor OM em que serve para participação em processo seletivo para o Serviço Militar Temporário (Anexo O), apenas para candidatos militares.	ORIGINAL
	Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.jus.br).	CÓPIA IMPRESSA DO SITE
	Certidão negativa criminal da Justiça Federal, extraída do site da Justiça Federal de onde o candidato residiu nos últimos 5 (cinco) anos.	CÓPIA IMPRESSA DO SITE
	Certidão negativa criminal e cível emitida pela Justiça Estadual, extraída do site da Justiça Estadual de onde o candidato residiu nos últimos 5 (cinco) anos.	CÓPIA IMPRESSA DO SITE
	Certidão negativa criminal militar emitida pelo Superior Tribunal Militar (www.stm.jus.br).	CÓPIA IMPRESSA DO SITE
	Carta Patente de candidatos do sexo masculino ou feminino que servem ou já serviram como Oficiais Temporários, se for o caso.	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL
	Certidão de Situação Militar de candidatos do sexo masculino ou feminino que já serviram como Oficiais Temporários, se for o caso.	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL
	Certificado de Reservista de candidatos do sexo masculino que já serviram como praças, se for o caso.	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL
	Certificado de Dispensa de Incorporação de candidatos do sexo masculino que foram dispensados do Serviço Militar Obrigatório, se for o caso.	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL
	Diploma, Certificado ou Certidão de Conclusão de Curso reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), referente à habilitação exigida para o desempenho da função na área de atuação que se candidatou. Caso o candidato já tenha concluído o curso, mas ainda não disponha do Diploma ou Certificado, será aceita uma declaração de conclusão, expedida pelo estabelecimento de ensino, desde que acompanhada do histórico escolar original.	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL
	Diploma(s) ou Certificado(s) reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) dentro da área que o candidato postula (Qualificação Profissional), constante da inscrição do candidato.	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL (QUANDO HOUVER)
	Diploma(s) e Certificado(s) de conclusão de doutorado, mestrado, especialização/pós-graduação, e demais cursos, todos na área que o candidato postula. Caso o candidato já tenha concluído os cursos mencionados, mas ainda não disponha do Diploma ou do Certificado, será aceita uma declaração de conclusão, expedida pelo estabelecimento de ensino, desde que acompanhada do histórico escolar original.	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL
	Publicações técnicas, tais como livros ou artigos em revistas especializadas. Destaque-se que a	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL

SIM/NÃO	DOCUMENTOS	OBS
	publicação de artigo científico em livro não é considerada como livro publicado.	
	Comprovante de exercício de atividade profissional, na área postulada (carteira de trabalho assinada, contrato de prestação de serviço/trabalho, assentamentos militares constando função exercida com o período de trabalho e publicações no diário oficial). Não será aceita declaração de qualquer tipo como comprovação de experiência profissional, nem períodos de trabalho sobrepostos, mesmo em instituições/órgãos diferentes.	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL
	Comprovação de experiência profissional em empresa/instituição privada: - Mediante apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), discriminando o tempo de serviço e as atividades desenvolvidas. - Caso o cargo que conste na Carteira de Trabalho, não especifique a atividade desenvolvida, se faz necessário, apresentar junto com a CTPS, cópia/reprodução de declaração do empregador, relacionando as atividades desempenhadas pelo candidato, bem como o período.	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL
SIM/NÃO	DOCUMENTOS	OBS
	Comprovação de experiência profissional em órgão/instituição pública: - Certidões emitidas pelos Poderes Legislativo, Executivo ou Judiciário, informando o período de serviço e as atividades desenvolvidas. - Caso o cargo que conste na certidão não especifique a atividade desenvolvida, se faz necessário apresentar declaração do órgão contratante relacionando as atividades desempenhadas pelo candidato, bem como o período. - Somente serão aceitas as declarações emitidas pelo setor de Recursos Humanos do Órgão ou equivalente.	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL
	Comprovação de experiência profissional em prestação de serviço por meio de contrato: - Cópia do Contrato de Prestação de Serviço, acompanhada de declarações do contratante informando o período correspondente à prestação do serviço indicado. - Extrato de contribuições emitido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL
	Comprovação de experiência profissional em prestação de serviço como autônomo: - Mediante apresentação de cópia de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA) e/ou Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), sendo pelo menos o primeiro e o último recibo/NFS-e do período trabalhado e declaração do contratante/beneficiário que informe o período (com início e fim, se for o caso), a espécie do serviço prestado e a descrição das atividades. - Extrato de contribuições emitido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL
	Comprovação de experiência profissional na prestação de serviços como empresário individual: - Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). - Extrato de contribuições emitido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).	CÓPIA ACOMPANHADA DO ORIGINAL

ANEXO "R" AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2023 – SSMR/10 – SELEÇÃO DE OTT

REQUERIMENTO DE INSPEÇÃO DE SAÚDE EM GRAU DE RECURSO

_____ - _____, _____ de _____ de _____.
(Local e data)

Requerimento de Inspeção de Saúde em Grau de Recurso

Do Candidato ao () EST

Nome Completo

Ao Sr Cmt da 10ª Região Militar

Assunto: Inspeção de Saúde em Grau de Recurso
(ISGR).

1. (NOME COMPLETO DO CANDIDATO), Idt nº _____, filho de _____ e _____, nascido em _____ de _____ de _____, na cidade de _____ - _____, tendo sido inspecionado por JISE para convocação ao **Estágio de Serviço Técnico – Oficial Técnico Temporário**, requer a V Sa Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR), por discordar de parecer da JISE.

2. Tal solicitação encontra amparo no artigo 19 da Portaria nº 1783 – Cmt Ex, de 29 de junho de 2022 (Aprova as Instruções Gerais para Perícias Médicas no Exército – IGPMEx – EB10-IG-02.022, Portaria Nº 305-DGP, de 13 de dezembro de 2017 (Aprova as Instruções Reguladoras para Perícias Médicas no Exército (EB30-IR-10.007), e dá outras providências) e Portaria Nº 306-DGP, de 13 de dezembro de 2017 (Aprova Normas Técnicas sobre Perícias Médicas no Exército).

3. É a primeira vez que requer.

Nome completo e a assinatura

ANEXO "S" AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2023 – SSMR/10 – SELEÇÃO DE OTT

PRÉ-REQUISITOS PARA OFICIAL TÉCNICO TEMPORÁRIO

ÁREAS DE INTERESSE	PRÉ-REQUISITO
Fisioterapia (Fortaleza-CE)	- Diploma devidamente registrado ou Certificado de Conclusão de Curso de Graduação (Bacharelado) em Fisioterapia, fornecido por Instituição de Ensino Superior, reconhecido pelo Ministério da Educação; - Experiência comprovada de no mínimo 02 (dois) anos na área de Traumatologia e ortopedia. e - Registro no Conselho Regional de Fisioterapia.
Assistente Social (Fortaleza-CE)	- Diploma devidamente registrado ou Certificado de Conclusão de Curso de Graduação (Bacharelado) em Serviço Social, fornecido por Instituição de Ensino Superior, reconhecido pelo Ministério da Educação; e - Registro no Conselho Regional de Serviço Social.
Informática (Fortaleza-CE)	- Diploma devidamente registrado ou Certificado de Conclusão de Curso de Graduação (Bacharelado) em uma das áreas: Engenharia de Redes, Engenharia de Teleinformática, Engenharia de Telemática, Ciências da Computação ou Sistemas de Informação e Tecnológicos, fornecido por Instituição de Ensino Superior, reconhecido pelo Ministério da Educação; - Experiência de, no mínimo, um ano em administração de redes e infraestrutura; - Conhecimentos básicos exigidos: a. Sistemas de virtualização: Vmware, Proxmox, Xen Server e Xcp-ng; b. Arquitetura de redes: conhecimento sobre topologia de redes, protocolos de comunicação, modelos de referência OSI e TCP/IP, endereçamento IP e subnetting, VLANs, roteamento e switching; c. Segurança de redes: conhecimento sobre políticas de segurança, autenticação, autorização, criptografia, firewalls, VPNs e detecção de intrusão; d. Gerenciamento de redes: conhecimento sobre ferramentas de gerenciamento de redes, como SNMP, NetFlow, Syslog, RMON, entre outras; e. Virtualização de redes: conhecimento sobre virtualização de redes, como as tecnologias de virtualização de redes de software (SDN) e as tecnologias de virtualização de funções de rede (NFV); f. Armazenamento em rede: conhecimento sobre tecnologias de armazenamento em rede, como NAS, SAN e iSCSI; g. Cloud computing: conhecimento sobre arquiteturas de redes em nuvem, como as tecnologias de virtualização de servidores, armazenamento e redes em nuvem, assim como as soluções de gerenciamento de nuvem; h. Redes sem fio: conhecimento sobre redes sem fio, como as tecnologias WLAN, WiMAX e as redes de comunicação por satélite; i. VoIP: conhecimento sobre as tecnologias de voz sobre IP e os protocolos de comunicação envolvidos, como o SIP; e j. Sistemas operacionais de rede: conhecimento sobre sistemas

	operacionais de rede, como o Windows Server, Linux e outros sistemas operacionais de rede.
Administração (Fortaleza-CE)	- Diploma devidamente registrado ou Certificado de Conclusão de Curso de Graduação (Bacharelado) em Administração, fornecido por Instituição de Ensino Superior, reconhecido pelo Ministério da Educação; - Possuir registro no conselho ou ordem de profissionais, de qualificação profissional regulamentada por lei.
Jornalismo (Fortaleza-CE)	- Curso Superior em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.
Engenharia Química (Fortaleza-CE)	- Diploma devidamente registrado ou Certificado de Conclusão de Curso de Graduação Superior, fornecido por Instituição de Ensino Superior reconhecido pelo Ministério da Educação.
Ciência Contábeis (Fortaleza-CE)	- Diploma devidamente registrado ou Certificado de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Contábeis, fornecido por Instituição de Ensino Superior reconhecido pelo Ministério da Educação; - Experiência comprovada de no mínimo 01 (um) ano na área de interesse; - Possuir registro no conselho ou ordem de profissionais, de qualificação profissional regulamentada por lei, caso a profissão exija.
Engenharia Civil (Fortaleza-CE)	- Diploma devidamente registrado ou Certificado de Conclusão de Curso de Graduação em Engenharia Civil, fornecido por Instituição de Ensino Superior reconhecido pelo Ministério da Educação. - Possuir o Curso Básico de “Revit Architecture”, ou Básico de “Vector Works”, ou ainda, Básico de “Aecosim”, com duração mínima de 40 (quarenta) horas. - Experiência comprovada de no mínimo 03 (três) anos na área de interesse. - Possuir registro no conselho ou ordem de profissionais, de qualificação profissional regulamentada por lei, caso a profissão exija.
Engenharia Elétrica (Fortaleza-CE)	- Diploma devidamente registrado ou Certificado de Conclusão de Curso de Graduação em – Diploma devidamente registrado ou Certificado de Conclusão de Curso de Graduação em Engenharia Elétrica, fornecido por Instituição de Ensino Superior reconhecido pelo Ministério da Educação. - Experiência comprovada de no mínimo 03 (três) anos na área de interesse. - Possuir registro no conselho ou ordem de profissionais, de qualificação profissional regulamentada por lei, caso a profissão exija
Engenharia Software (Picos-PI)	- Possuir Diploma ou Certificado de conclusão de Curso Superior, reconhecido pelo Ministério da Educação, em uma das áreas: Engenharia de Redes; Engenharia de Telemática; Ciência da Computação; Sistemas de Informação e Tecnólogos. - Possuir experiência comprovada de, no mínimo 01 (um) ano na área de Informática. - Possuir no mínimo 3 (três) cursos de informática nas áreas de interesse, abaixo relacionadas: a. Administração de servidor Linux; b. Administração de servidor de virtualização; c. Administração de servidor de página Web; d. Administração de servidor de banco de dados; e. Administração de servidor de backup;

	<ul style="list-style-type: none">f. Administração de servidor de correio eletrônico;g. Linguagem de programação PHP;h. Linguagem de programação Java;i. Linguagem de programação C/C++;j. Linguagem de Shell BASH;l. Redes de computadores; em. Segurança da Informação.
--	---

ANEXO "T" AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2023– SSMR/10 – SELEÇÃO DE OTT

FICHA DE PEDIDO DE REVISÃO DO TESTE DE CONHECIMENTOS

Protocolo:

(A cargo da CSE)

1. Identificação do Candidato

Nome				
Processo Seletivo:	Oficial		CPF:	
	Sargento		RG:	
	Cabo		Área:	

2. Solicitação de revisão

Descrição do item	
Justificativa:	

Fortaleza – CE, _____ de _____ de _____.

Assinatura do declarante

Nome completo do declarante

Observação: Esta ficha deverá ser utilizada na interposição de recurso referente à Avaliação Curricular/Entrevista e Teste de Conhecimentos, devendo ser anexada ao Requerimento de Solicitação de Recurso (**Anexo N**).

ANEXO “U” AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2023 – SSMR/10 – SELEÇÃO DE OTT

REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Exmo Sr Comandante da 10ª Região Militar

Objeto: isenção da taxa de inscrição

Sr Comandante,

1. Eu, _____ (nome completo), identidade nº _____, CPF nº _____, nascido na cidade de _____ - ____ (UF), ao (s) _____ dia (s) do mês de _____ do ano de _____, filho de _____ e _____, candidato a área de _____, vem requerer a V Exa isenção da taxa de inscrição do processo seletivo para Oficial Técnico Temporário (OTT) no ano de _____.

2. Declaro, sob as penas da lei, para fim de comprovação junto à 10ª Região Militar, que me enquadro na situação prevista no item 5.6 e seus subitens do Aviso de Convocação nº 003-SSMR/10ª RM, de 27 de julho de 2023, para o Processo Seletivo do Serviço Militar Temporário de Nível Superior - Oficial Técnico Temporário (OTT).

3. Tal solicitação encontra amparo no art. 11, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008.

4. É a _____ (1ª, 2ª, ...) vez que requer.

5. Anexos: (informar os documentos comprobatórios que estão sendo remetidos, conforme exigência do Aviso de Convocação nº 003-SSMR/10ª RM, de 27 de julho de 2023)

Local e data

Assinatura do declarante

Nome completo do declarante

ANEXO “V” AO AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2023 – SSMR/10 – SELEÇÃO DE OTT

CERTIFICAÇÕES ACEITAS PARA A ÁREA DE INFORMÁTICA A SEREM PONTUADAS NA FICHA DE AVALIAÇÃO CURRICULAR

Área de Atuação	Certificações Previstas
Telecomunicações	<ul style="list-style-type: none"> - Cisco Certified Entry Networking Technician - CCENT - Elastix Certified Engineer Telefonia, VoIP e Elastix - ECE - Furukawa Data Cabling System - DCS - Furukawa Certified Professional - FCP - Furukawa Certified Professional Fiber - FCPF - Furukawa Certified Professional Master – FCPM - Huawei IP Data Communication - HCDA - Huawei Radio Access LTE – HCNA LTE - Registered Communications Distribution Designer - RCDD
Infraestrutura de Servidores	<ul style="list-style-type: none"> - Bacula Backup Software Certified Administrator - Brocade Ethernet Fabric Foundations - Cisco Certified Network Associate - CCNA - Cisco Certified Network Professional - CCNP - Cisco Certified Internetwork Expert - CCIE - Check Point Certified Security Administrator - CCSA - Check Point Certified Security Expert - CCSE - Check Point Managed Security Expert - CCMSE - Check Point Certified Security Master - CCSM - CompTIA Linux+ - CompTIA Network+ - CompTIA Security+ - F5 Certified BIG-IP Administrator - F5 Certified Technology Specialists - F5 Certified Solution Expert - ITIL Foundations v3 - Linux Junior Level Certification - LPIC-1 - Linux Advanced Level Certification - LPIC-2 - Linux Senior Level Certification - LPIC-3 - Red Hat Certified System Administrator - RHCSA - Red Hat Certified Engineer - RHCE - Red Hat Certified Architect - RHCA
Segurança da Informação	<ul style="list-style-type: none"> - Auditor Lider ISO 27001 - CompTIA Security+ - CompTIA Advanced Security Practitioner – CASP - Computer Haching Forensic Investigator - CHFI - Certified Computer Examiner - CCE - Certified Ethical Hacker – CEH - Certified Secure Software Lifecycle Professional - CSSLP - EC-Council Security Analyst - ECSA - EXIN Information Security Foundation - ISFS - EXIN Information Security Management Advanced – ISMAS - EXIN Information Security Management Expert - ISMES

Segurança da Informação	<ul style="list-style-type: none"> - EC-Council Certified Secure Programmer – ECSP - EC-Council Computer Hacking Forensic Investigator - CHFI - EC-Council Licensed Penetration Tester – LPT - EC-Council Licensed Penetration Tester – ECSA/PT - EC-Council Computer Hacking Forensic Investigator - CHFI - GIAC Certified Incident Handler - GCIH - GIAC Reverse Engineering Malware - GREM - GIAC Certified Intrusion Analyst - GCIA - GIAC Penetration Tester – GPEN - GIAC Web Application Penetration Tester - GWAPT - GIAC Certified Forensic Analyst - GCFA - GIAC Certified Forensic Examiner – GCFE - ISACA Certified Information Security Manager - CISM - ISACA Certified Information Systems Security Professional - CISSP - ISACA Information Systems Security Architecture Professional - CISSP/ISSAP - ISACA Information Systems Security Engineering Professional - CISSP/ISSEP - ISACA Information Systems Security Management Professional – CISSP/ISSMP - ISACA Certified Information System Auditor – CISA - ISACA Certified in Risk and Information Systems Control - CRISC - Systems Security Certified Practitioner - SSCP
-------------------------	--

Observação:

(1) – As certificações constantes neste anexo e que estejam em língua estrangeira, deverão ser acompanhadas de versão em português, produzida por tradutor juramentado.

(2) – Somente serão aceitas para fins de pontuação, referente aos candidatos ao cargo da área de informática, as certificações constantes neste anexo.